

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

Direito Constitucional

Analista Judiciário
TRT

Banca: FCC

SUMÁRIO

Dos direitos e deveres individuais e coletivos.....	3
Remédios Constitucionais.....	15
Direitos Sociais	18
Da nacionalidade.....	25
Organização do Estado.....	29
Intervenção Federal e Estadual	37
Administração Pública	38
Organização dos Poderes.....	49
Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	53
Organização dos Poderes – Parte II.....	58
Gabarito	56

Dos direitos e deveres individuais e coletivos

1) FCC - AJ - TRT3 (2015)

A Constituição Federal de 1988 em seu Título II dispõe sobre os Direitos e Garantias Fundamentais. Os Direitos Humanos estão relacionados à existência do ser humano e visam garantir

- a) a intervenção estatal na esfera individual para o desenvolvimento social.
- b) o respeito à vida, à liberdade e dignidade para o desenvolvimento de sua personalidade.
- c) a prerrogativa estatal para definição da liberdade e dignidade humana.
- d) o respeito às leis Nacionais acerca de sua própria definição de Direitos Humanos.
- e) o desenvolvimento econômico e social do ser humano em cada país.

2) FCC - AJ - TRT1 (2011)

João, Carlos, Tício, Libero e Tibério se uniram e fundaram uma associação de vigilantes de bairro, todos armados e uniformizados, sob a alegação que não treinavam com finalidade bélica. Porém, para se afastar de forma absoluta o caráter paramilitar dessa associação não poderão estar presentes os seguintes requisitos:

- a) Tempo e princípio da impessoalidade.
- b) Tempo e lugar.
- c) Pluralidade de participantes e lugar.
- d) Lugar e princípio da eficiência.
- e) Organização hierárquica e princípio da obediência.

3) FCC - AJ (Judiciária) - TRT6 (2012)

Considere o relato a seguir para responder à questão.

O Congresso Nacional promulgou, em agosto de 2006, a Lei no 11.340, conhecida por "Lei Maria da Penha", a qual criou mecanismos para proteger a mulher que é vítima de violência doméstica e familiar. Em fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a Ação Declaratória de Constitucionalidade no 19 (ADC-19) para declarar a constitucionalidade de dispositivos da referida lei, o que trouxe ainda mais força para sua aplicação.

O princípio constitucional, relacionado aos direitos fundamentais, que embasa a "Lei Maria da Penha", permitindo que a mulher receba um tratamento jurídico preferencial em relação ao homem nas situações de violência doméstica e familiar, é o da

- a) função social da propriedade.
- b) liberdade individual.
- c) igualdade material.
- d) inviolabilidade domiciliar.
- e) segurança jurídica.

4) FCC - AJ - TRT6 (2012)

Segundo o Art. 5o da Constituição Federal, é livre a manifestação do pensamento, sendo

- a) vedado o anonimato.
- b) vedada a propaganda ideológica.
- c) vedados os cultos religiosos.
- d) vedada a manifestação de estrangeiros.
- e) vedada a parcialidade na Comunicação Social.

5) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2008)

No que diz respeito aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, NÃO é considerado elemento da reunião, em local aberto ao público,

- a) o tempo.
- b) a pluralidade de participantes.
- c) a autorização prévia.
- d) a finalidade.
- e) o lugar.

6) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2004)

Na noite de ontem, Alcione passava por uma rua e ouviu gritos de socorro de uma mulher que estava sendo esfaqueada por um homem; buscou saber o que ocorria e o homem lhe informou que a mulher era sua esposa e que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, proibindo-a de ingressar na casa. Nesse caso, Alcione

- a) estava proibida de ingressar na casa pela vontade expressa do dono, visto que a casa é o asilo inviolável do indivíduo.
- b) poderia ingressar na casa para prestar socorro à vítima, até porque um crime estava sendo praticado.
- c) não poderia ingressar porque em casa alheia só se entra com ordem judicial expressa e escrita.
- d) teria a faculdade de ingressar na casa, seja por haver o ficto consentimento da vítima, seja porque ali ocorria um desastre social.
- e) não poderia ingressar na casa, visto que só a autoridade policial poderia fazê-lo, sempre com ordem judicial.

7) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2004)

Descobriu-se hoje que Lamartine estava preso em cumprimento de pena criminal, cujo prazo já se expirara havia dez dias. Na mesma investigação, apurou-se que Braga tinha sido vítima de erro judiciário, visto que foi condenado por crime que não cometeu. Nesses casos,

- a) Lamartine tem direito à indenização pela incúria administrativa do Estado, mas Braga não, porque sua condenação tem trânsito em julgado.
- b) ambos, tanto Lamartine como Braga, têm direito à indenização do Estado.
- c) Braga tem direito à indenização do Estado, em virtude da culpa dos órgãos judiciários no erro, mas Lamartine não, porque o excesso de prazo até quinze dias é irrelevante.
- d) nenhum dos dois tem direito à indenização do Estado, que se portou sempre nos estritos limites da legalidade.
- e) cada um deles tem direito à indenização, se provar que o Estado, por seus agentes, agiu com dolo ou culpa.

8) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2004)

O sigilo das comunicações telefônicas é inviolável, salvo, nas hipóteses e na forma estabelecidas em lei, por ordem

- a) judicial, na instrução processual de qualquer natureza, a critério do Juiz.
- b) do Juiz, na instrução processual criminal, ou do Promotor de Justiça, na investigação criminal e no inquérito civil.
- c) judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual criminal.
- d) do Juiz, na instrução processual criminal, ou da Autoridade Policial, na investigação criminal.
- e) do Juiz, na instrução processual criminal ou civil, do Promotor de Justiça, na investigação criminal, e do seu Presidente, na Comissão Parlamentar de Inquérito.

9) FCC - AJ (Judiciária) - TRT (2004)

Considere:

I. A casa é o asilo inviolável do indivíduo e nela só se pode penetrar à noite excepcionalmente, como, por exemplo, por determinação judicial.

II. São asseguradas às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

III. Ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

IV. Não deve haver juízo ou tribunal de exceção, razão pela qual os Tribunais de Justiça não podem designar juízes com competência exclusiva para questões agrárias.

Segundo a previsão constante da Constituição Federal, são corretos APENAS

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

10) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2005)

A Constituição Federal é expressa ao prever, apenas para os reconhecidamente pobres, a gratuidade

- a) no exercício do direito de petição junto aos poderes públicos, para esclarecimentos de situações pessoais.
- b) das ações de habeas corpus e de habeas data.
- c) na obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos.
- d) do registro civil de nascimento e de casamento.
- e) na prestação de assistência jurídica integral pelo Estado.

11) FCC - AJ (Administrativa) - TRT3 (2009)

Tendo em vista os direitos individuais e coletivos, considere as assertivas abaixo:

I. O princípio da igualdade veda que a lei estabeleça tratamento diferenciado entre pessoas que guardem

distinções de grupo, de sexo, de profissão, de condição econômica ou de idade, entre outras.

II. Não se pode cogitar de ofensa ao princípio da igualdade quando as discriminações são previstas no próprio texto constitucional.

III. O princípio constitucional da isonomia não autoriza o Poder Judiciário a estender vantagens concedidas a um grupo determinado de indivíduos a outros grupos não contemplados pela lei.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II.
- d) II e III.
- e) III.

12) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2009)

Considere os mandamentos constitucionais:

I. Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor transferido.

II. A aplicação da pena deve ajustar-se à situação de cada imputado adotando-se, dentre outras, a prestação social alternativa, a suspensão ou interdição de direitos e a multa.

Essas hipóteses dizem respeito a garantias relativas à aplicação da pena, denominadas, respectivamente, como

- a) seguranças processuais penais e vedação de tratamento desumano e degradante.
- b) individualização da pena e personalização da pena.
- c) proibição da prisão civil por dívida e proteção da incolumidade física e moral.
- d) personalização da pena e individualização da pena.
- e) tratamento desumano e degradante e individualização da pena.

13) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2009)

O conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das consequências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida e o enunciado de que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, dizem respeito, tecnicamente,

- a) à legalidade e ao poder regulamentar.
- b) aos remédios decorrentes de ações constitucionais.
- c) à segurança jurídica.
- d) ao monopólio judiciário do controle jurisdicional.
- e) à normatividade dos direitos sociais.

14) FCC - AJ (Administrativa) - TRT3 (2009)

No que diz respeito à liberdade de reunião, é certo que

- a) o instrumento jurídico adequado para a tutela da liberdade de reunião, caso ocorra lesão ou ameaça de lesão, ocasionada por ilegalidade ou arbitrariedade, é o habeas corpus.
- b) essa liberdade, desde que atendendo aos requisitos de praxe, não está sujeita a qualquer suspensão por conta de circunstâncias excepcionais como no estado de defesa.
- c) o prévio aviso à autoridade para realizar uma reunião limita-se, tão-somente, a impedir que se frustrasse outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- d) na hipótese de algum dos manifestantes, isoladamente, estiver portando arma de fogo, o fato não autoriza a dissolução da reunião pelo Poder Público.
- e) a autoridade pública dispõe de competência e discricionariedade para decidir pela conveniência, ou não, da realização da reunião.

15) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Em virtude da garantia constitucional do direito à intimidade, da inviolabilidade de domicílio e do sigilo das comunicações, seria considerada ilícita a prova decorrente de

- a) cumprimento de mandado judicial de busca e apreensão em escritório de advocacia.
- b) gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, sem conhecimento do outro.
- c) análise dos últimos registros telefônicos em aparelhos celulares apreendidos após a efetuação de prisão em flagrante.
- d) apreensão de livros contábeis, em escritório de contabilidade, por agentes fazendários e policiais federais, sem mandado judicial e sem anuência do responsável pelo escritório.
- e) realização de prisão em flagrante, sem mandado judicial, nas situações especificadas em lei.

16) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Ao disciplinar o direito de propriedade como um direito fundamental, a Constituição da República prevê que

- a) a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, procede-se, em regra, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
- b) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização posterior, se houver dano.
- c) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- d) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio vitalício para sua utilização, além de proteção temporária para criações industriais, propriedade das marcas, nomes de empresas e outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- e) o direito de herança é garantido, sendo a sucessão de bens de estrangeiros situados no País sempre regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros.

17) FCC - AJ (Administrativa) - TRT4 (2006)

Dentre outros Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, a Constituição Federal assegura expressamente, em seu art. 5º, a

- a) participação facultativa dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- b) plena liberdade de associação com caráter paramilitar.
- c) prestação, na forma da lei, de assistência religiosa nas entidades civis de internação coletiva, exceto nas

militares.

- d) instalação de júízo ou tribunal de exceção.
- e) livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

18) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4(2006)

O Direito de Petição previsto na Constituição Federal é

- a) exercido tão somente no âmbito do Poder Judiciário.
- b) assegurado aos brasileiros natos, maiores de vinte e um anos.
- c) extensivo a todos, nacionais ou estrangeiros, mediante o pagamento de taxas.
- d) destinado ao cidadão em face dos Poderes Públicos e exercido judicialmente apenas por advogado constituído.
- e) garantido a todos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

19) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2014)

Entre as atribuições conferidas pelo texto constitucional ao Presidente da República está o poder de “conceder indulto e comutar penas”. O indulto implica extinção de punibilidade, liberando o condenado por sentença criminal do cumprimento da pena ou do seu restante. Já a comutação de pena consiste em substituição da sanção judicial aplicada por outra, em geral, mais branda. O exercício dessa atribuição presidencial não é cabível, nos termos da Constituição Federal, para beneficiar os condenados pela prática das infrações criminais de

- a) terrorismo, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Esta do Democrático.
- b) tortura, racismo, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- c) terrorismo, tortura, os delitos qualificados como crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) terrorismo, tortura, a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, bem como tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- e) terrorismo, tortura, racismo e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

20) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2014)

Considere as seguintes afirmativas:

I. O direito de reunião em locais abertos ao público deve ser exercido, segundo o texto constitucional, de forma pacífica, sem armas, com prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

II. É assegurada pela Constituição Federal a gratuidade das ações de habeas corpus e habeas data e, na forma da lei, dos atos necessários ao exercício da cidadania, bem assim, aos reconhecidamente pobres, do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.

III. É cabível a impetração de habeas data em caso de violação do direito fundamental assegurado a todos de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse geral, ainda que, neste último caso, não diga respeito especificamente à pessoa do impetrante.

Está correto o que consta em

- a) II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I e II, apenas.

21) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2014)

Considere as seguintes afirmativas:

I. Lei federal que condicione o exercício da profissão de músico à inscrição regular na Ordem dos Músicos do Brasil e ao pagamento das respectivas anuidades não ofende a Constituição, pois cabe ao legislador estabelecer qualificações profissionais a serem exigidas como condição ao exercício do direito fundamental à liberdade de profissão.

II. É assegurada às entidades associativas, desde que expressamente autorizadas, legitimidade para representar seus filiados judicialmente, inclusive em sede de ação civil pública e de mandado de segurança coletivo.

III. A inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, bem como o direito à indenização por danos morais decorrentes de sua violação são constitucionalmente assegurados às pessoas naturais e não às pessoas jurídicas.

Está correto o que consta em

- a) III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) I, apenas.

22) FCC - AJ (Administrativa) - TRT5 (2013)

Uma casa localizada no município de Salvador foi invadida pela polícia em razão de um chamado telefônico. Esse fato gerou grande discussão na comunidade soteropolitana porque, nos termos do artigo 5º, XI, da Constituição Federal, a casa é asilo inviolável do indivíduo, NÃO podendo a polícia nela penetrar ainda que

- a) com o consentimento do morador.
- b) em caso de flagrante delito.
- c) em caso de desastre.
- d) por determinação judicial, à noite.
- e) para prestar socorro.

23) FCC - AJ (Judiciária) - TRT19 (2014)

Atenção: Para responder à questão, considere as disposições da Constituição Federal.

Em um processo de execução e em atenção a requerimento formulado pelo credor, foi proferida decisão

judicial determinando a expedição de mandado de penhora e avaliação de máquina industrial pertencente à empresa executada- devedora, equipamento este que estava localizado em sua sede. Na mesma decisão, o juiz autorizou o uso de força policial, se necessário fosse, para que o oficial de justiça ingressasse no imóvel da devedora. Munido dessa decisão, o oficial de justiça compareceu à sede da empresa, mas foi impedido de ingressar no imóvel pelo responsável. Diante dessa situação, o oficial de justiça

- a) não poderá ingressar no imóvel sem autorização do proprietário, ainda que autorizado por ordem judicial, em razão do direito à inviolabilidade de domicílio.
- b) não poderá ingressar no imóvel sem autorização do proprietário, o que poderia ser feito apenas se determinado por ordem expressa de delegado de polícia.
- c) poderá ingressar no imóvel, mesmo sem autorização do proprietário, em qualquer horário, independentemente de autorização judicial, uma vez que o direito à inviolabilidade de domicílio não se aplica à pessoa jurídica.
- d) poderá ingressar no imóvel, mesmo sem autorização do proprietário, em qualquer horário, visto que autorizado por decisão judicial.
- e) poderá ingressar no imóvel, mesmo sem autorização do proprietário, e desde que durante o dia, visto que autorizado por decisão judicial.

24) FCC - AJ (Administrativa) - TRT19 (2014)

Astolpho Lucio Gregório Coragem, jornalista de um dos mais importantes veículos de comunicação do País, denuncia, de forma veemente, em longa reportagem, atos de corrupção praticados em órgão público da alta Administração federal, sem revelar a sua fonte. De acordo com a norma constitucional vigente,

- a) o jornalista sofrerá processo disciplinar e ação de improbidade por se utilizar de informações de fonte não revelada.
- b) por se tratar de crime contra a Administração pública, o jornalista é obrigado a revelar sua fonte de informações.
- c) o jornalista não é obrigado a revelar sua fonte de informações.
- d) o jornalista tem o dever de revelar ao Ministério da Defesa e ao Poder Judiciário sua fonte de informações em processo protegido pelo segredo de justiça.
- e) em razão da prerrogativa de foro das autoridades envolvidas nos atos de corrupção noticiados, o jornalista é obrigado a revelar sua fonte de informações.

25) FCC - AJ (Judiciária) - TRT12 (2013)

Diante da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, a busca e apreensão de documentos em escritório de advocacia, sendo o advogado investigado,

- a) independe de autorização judicial, na medida em que o local de trabalho não goza da proteção constitucional conferida ao domicílio dos indivíduos.
- b) dependerá de determinação judicial que especifique o âmbito de abrangência da medida, a fim de que não recaia sobre a esfera de direitos de não investigados.
- c) somente é admitida na hipótese de flagrante delito.
- d) poderá ser executada mediante determinação judicial que determine a quebra do sigilo profissional, embora sem restrição de horário para cumprimento, por não se tratar do domicílio do investigado.
- e) não é admitida em hipótese alguma, em virtude da extensão da inviolabilidade de domicílio ao local de trabalho do advogado, qualificado que é pela garantia constitucional do sigilo profissional.

26) FCC - AJ (Judiciária) - TRT11 (2012)

César, chefe de um determinado grupo armado civil, ordenou que seus comparsas controlassem uma determinada comunidade de pessoas carentes, agindo contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. De acordo com a Constituição Federal tal ato constitui crime

- a) inafiançável e insuscetível de anistia ou graça, sujeito à pena de restrição da liberdade.
- b) insuscetível de graça ou anistia, apenas, sujeito à pena de restrição da liberdade.
- c) inafiançável, apenas, sujeito à pena de reclusão.
- d) imprescritível, apenas, sujeito à pena de reclusão.
- e) inafiançável e imprescritível.

27) FCC - AJ (Judiciária) - TRT11 (2012)

O sindicato dos metalúrgicos de determinada cidade, preocupado com a saúde dos trabalhadores sindicalizados, resolveu impetrar mandado de segurança coletivo contra ilegalidade da autoridade pública municipal, que determinou a continuidade do trabalho em determinada indústria da região mesmo havendo sério risco de contaminação por gases tóxicos. O referido sindicato poderá impetrar o mandado de segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros desde que esteja legalmente constituído e em funcionamento há, pelo menos,

- a) um ano.
- b) dois anos.
- c) três anos.
- d) quatro anos.
- e) cinco anos.

28) FCC - AJ - TRT1 (2014)

Dentre os direitos e garantias individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, encontra-se

- a) o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independente de quaisquer exigências legais quanto à qualificação profissional.
- b) a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- c) a garantia da concessão de extradição aos estrangeiros, em casos de crimes políticos.
- d) a garantia do mandado de segurança para a proteção do direito de ir e vir.
- e) a garantia de não admissão nos processos, das provas obtidas por meios ilícitos, salvo nos casos de guerra e atentado contra a ordem constitucional.

29) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2015)

Em que pese a Constituição Federal assegure a inviolabilidade de domicílio, é constitucional o ingresso

I. da autoridade policial em escritório de advocacia particular, de dia, sem o consentimento do responsável, munida de autorização judicial para realizar busca e apreensão de bens e documentos necessários à investigação de prática de crime cometido pelo advogado titular da banca, não recaindo a busca e apreensão sobre a esfera de direito de terceiros.

II. da autoridade administrativa de fiscalização tributária na sede de empresa privada, de dia, sem o consentimento do responsável e sem autorização judicial, para realizar apreensão de livros, documentos e equipamentos necessários à lavratura de auto de infração e imposição de multa.

III. da autoridade policial em residência familiar, de noite, sem o consentimento do responsável e sem

autorização judicial, para realizar prisão em flagrante delito.

IV. de Oficial de Justiça em residência familiar, de noite, sem o consentimento do morador, munido de autorização judicial para a realização de penhora e avaliação de bens.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

30) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2015)

No curso de uma reclamação trabalhista foi penhorada uma motocicleta de propriedade do empregador, para garantir o pagamento do crédito do empregado, tendo sido o empregador nomeado depositário do bem. Antes de ser designada a data para os atos processuais de expropriação da motocicleta, o juiz expediu mandado de constatação e reavaliação do bem penhorado. Em cumprimento a esse mandado, o Oficial de Justiça constatou que a motocicleta não mais se encontrava no local em que originalmente fora depositada, não tendo o depositário esclarecido o seu paradeiro. Nessa situação, caso o depositário não apresente justificativa que afaste sua responsabilidade pelo extravio da motocicleta, o juiz do trabalho vinculado ao caso

- a) poderá decretar sua prisão civil, uma vez que a Constituição Federal autoriza a prisão do depositário infiel, apenas quando se trata de descumprimento de depósito necessário, ao mesmo tempo que autoriza a prisão civil por descumprimento de dívida alimentar.
- b) poderá decretar sua prisão civil, uma vez que a prisão do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito, bem como a prisão civil por descumprimento de dívida alimentar, são excepcionalmente autorizadas pela Constituição Federal.
- c) não poderá decretar sua prisão civil, uma vez que é ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito, conforme já reconhecido em súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.
- d) não poderá decretar sua prisão civil, uma vez que a medida contrariará tratados internacionais incorporados ao direito brasileiro, com hierarquia supralegal e infraconstitucional. Caso seja decretada a prisão, a decisão poderá ser impugnada mediante habeas corpus impetrado perante o Tribunal Regional do Trabalho, mas não em reclamação constitucional ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal.
- e) não poderá decretar sua prisão civil, uma vez que a medida contrariará tratados internacionais já incorporados ao direito brasileiro. Caso seja decretada a prisão, a decisão poderá ser cassada em reclamação ajuizada perante o Superior Tribunal de Justiça, mas não em reclamação ajuizada perante o Supremo Tribunal Federal.

31) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2015)

Dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 01/05/1943, que

TÍTULO VII
DO PROCESSO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS
...CAPÍTULO II

DOS RECURSOS

Art. 635 – De toda decisão que impuser multa por infração das leis e disposições reguladoras do trabalho, e não havendo forma especial de processo, caberá recurso para o Diretor-Geral do Departamento ou Serviço do Ministério do Trabalho e Previdência Social que for competente na matéria. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

Parágrafo único. As decisões serão sempre fundamentadas. (Incluído pelo Decreto-lei no 229, de 28.2.1967).

Art. 636. Os recursos devem ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, perante autoridade que houver imposto a multa, a qual, depois de os informar, encaminhá-los-á à autoridade de instância superior. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967).

§ 1º – O recurso só terá seguimento se o interessado o instruir com a prova do depósito da multa. (Incluído pelo Decreto-lei no 229, de 28.2.1967).

O parágrafo primeiro do artigo 636 acima transcrito é

a) compatível com a Constituição Federal, que não garantiu o direito ao duplo grau nos processos administrativos, sendo, por isso, permitido condicionar o conhecimento do recurso administrativo ao prévio depósito do valor da multa.

b) incompatível com a Constituição Federal, podendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, a fim de que lhe seja dada interpretação conforme a Constituição, de modo que o depósito do valor da multa não seja exigido apenas daqueles que não possam fazê-lo sem prejuízo da própria sobrevivência ou de seus familiares.

c) incompatível com a Constituição Federal, podendo ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, a fim de que seja declarada a inconstitucionalidade, sem redução do texto, da exigência do depósito do valor da multa daqueles que não possam fazê-lo sem prejuízo da própria sobrevivência ou de seus familiares.

d) incompatível com a Constituição Federal, podendo ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental, na qual o Supremo Tribunal Federal poderá declarar que esse dispositivo legal não foi recepcionado pela Constituição Federal.

e) incompatível com a Constituição Federal, por violar, dentre outros, o direito de petição independentemente do pagamento de qualquer taxa e o direito à ampla defesa nos processos administrativos, mas o dispositivo legal não poderá ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental, nem de ação direta de inconstitucionalidade.

32) FCC - AJ (Administrativa) - TRT3 (2015)

Em relação ao direito de propriedade, a Constituição Federal em seu art. 5º,

a) proscreeu o uso da propriedade particular pelo Poder Público de modo absoluto.

b) limita a função social da propriedade à pequena propriedade rural, impedindo sua desapropriação.

c) ao assegurar o direito de propriedade impede que o Poder Executivo Municipal desapropriar a propriedade privada que cumpre sua função social.

d) não aplica o conceito de propriedade a outra que não seja a propriedade de bens imóveis, os únicos que devem atender à sua função social.

e) assegura simultaneamente o direito à propriedade e que esta cumprirá sua função social.

33) FCC - AJ (Administrativa) - TRT4 (2015)

O direito de associação assegurado constitucionalmente

- a) é sinônimo do direito de reunião, pressupondo a liberdade da pessoa de agregar-se a outras de forma permanente ou transitória.
- b) pode sempre ser limitado por atuação do Administrador público, em face de seu poder de polícia.
- c) possui um viés positivo, consistente no livre arbítrio de o indivíduo juntar-se a uma associação, assim como um negativo, consubstanciado na liberdade de retirar-se da associação a seu talante, independentemente de qualquer justificativa formal.
- d) é sempre livre, independentemente dos objetivos associativos, somente cabendo ao Estado fiscalizar a respectiva organização, sem poder intervir em sua constituição ou funcionamento, ressalvada decisão judicial transitada em julgado.
- e) somente pode ter seu exercício suspenso em situações excepcionais, como a de estado de sítio.

34) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2015)

Em cumprimento a mandado judicial de constatação e avaliação de bem penhorado para garantia do pagamento de condenação trabalhista, o oficial de justiça verificou que o bem não mais se encontrava em poder do depositário-devedor, tendo recebido informações de que estaria sendo ocultado no escritório do respectivo advogado. O fato foi informado ao Juiz da causa, que expediu mandado de busca e apreensão do bem, a ser cumprido no escritório do advogado do devedor, tendo o magistrado especificado que o mandado não poderia atingir a esfera de direitos de outros clientes do advogado. Nessa situação, o oficial de justiça a quem couber cumprir o mandado

- a) não poderá ingressar no escritório de advocacia sem o consentimento do proprietário, a qualquer hora, uma vez que a relação do devedor com seu advogado está protegida pelo sigilo profissional.
- b) poderá ingressar no escritório de advocacia sem o consentimento do proprietário, desde que durante o dia, uma vez que ao escritório de advocacia se aplica a garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio.
- c) poderá ingressar no escritório de advocacia sem o consentimento do proprietário, a qualquer hora, tendo em vista que foi praticado um ato contra a administração da justiça.
- d) poderá ingressar no escritório de advocacia sem o consentimento do proprietário, a qualquer hora, uma vez que ao escritório de advocacia não se aplica a garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio.
- e) poderá ingressar no escritório de advocacia sem o consentimento do proprietário, desde que de dia, ainda que não se aplique ao escritório de advocacia a garantia constitucional da inviolabilidade de domicílio.

35) FCC - AJ (Administrativa) - TRT9 (2015)

A Constituição Federal estabelece nos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos que a casa é asilo inviolável, regra que não é aplicável no caso de determinação judicial,

- a) a qualquer tempo.
- b) durante o dia.
- c) nos finais de semana, apenas.
- d) nos feriados religiosos, apenas.
- e) na hipótese de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, apenas.

36) FCC - AJ - TRT9 (2015)

Sobre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos previstos na Constituição Federal, é correto afirmar:

- a) É livre a locomoção no território nacional a qualquer tempo, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- b) A criação de associações e, na forma da lei, de cooperativas depende de autorização.
- c) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização, que poderá ser em dinheiro ou títulos do governo.
- d) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- e) São asseguradas, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, exceto nas atividades desportivas.

37) FCC - AJ (Judiciária) - TRT23 (2016)

Um grupo de populares sem vinculação partidária avisou previamente as autoridades administrativas competentes a respeito da manifestação pública que pretendem realizar, informando o dia, a via pública a ser utilizada para tanto e o horário do evento. Após ter sido dada publicidade a essa manifestação pelas redes sociais, partido político organizou a realização de um comício no mesmo dia, local e horário da aludida manifestação, sem, no entanto, comunicar o fato às autoridades administrativas competentes. Considerando o texto constitucional,

- a) a realização da manifestação e do comício pode ser impedida pela autoridade administrativa competente, por falta de autorização prévia, requisito expressamente previsto pela Constituição Federal para que seja garantido o exercício da liberdade de reunião.
- b) a autorização prévia dada pela autoridade administrativa competente não é requisito para o exercício da liberdade de reunião, sendo que a realização do comício pode ser impedida pela autoridade competente caso o comício frustre a realização da manifestação anteriormente convocada para o mesmo local.
- c) caso haja incompatibilidade de realização da manifestação e do comício, a manifestação deve ser impedida pela autoridade competente em benefício do comício político, uma vez que as manifestações públicas de partidos políticos devem prevalecer sobre as demais.
- d) deve ser garantida pela autoridade administrativa competente a realização da manifestação e do comício, ainda que o comício possa frustrar a manifestação, uma vez que a Constituição Federal assegura a liberdade de reunião sem exigir o prévio aviso à autoridade competente.
- e) a autoridade administrativa competente não pode interferir na realização do comício, nem da manifestação, ainda que o comício frustre a manifestação, uma vez que todos têm direito de exercer a liberdade de reunião em lugares abertos ao público e para fins pacíficos.

Remédios Constitucionais

38) FCC - AJ - TRT6 (2012)

Ao instrumento jurídico destinado a assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante nos registros e bancos de dados de entidades públicas dá-se o nome de

- a) habeas data.
- b) honoris causa.
- c) data venia.
- d) data tópica.

e) data crônica.

39) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2004)

No que diz respeito aos instrumentos de garantia de direitos, é certo que:

- a) o mandado de injunção pode ser impetrado contra qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado.
- b) no direito de petição, a denúncia ou o pedido poderão ser feitos em nome próprio ou da coletividade.
- c) o mandado de segurança coletivo é restrito aos sindicatos, entidades de classe e associações profissionais.
- d) o habeas corpus tem como sujeito passivo, entre outros, qualquer particular, sendo irrelevante que a coação se verifique por força de sua posição funcional.
- e) a ação popular pode ser proposta por qualquer indivíduo, seja ou não eleitor, esteja ou não no gozo de seus direitos políticos.

40) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

A empresa pública federal Y inscreveu os dados de Tício no órgão de proteção ao crédito governamental, sendo que ele, ao ter acesso às informações no banco de dados, notou que estavam incorretas. Para retificar as informações restritivas Tício terá que

- a) impetrar mandado de injunção.
- b) impetrar habeas data.
- c) impetrar mandado de segurança repressivo.
- d) impetrar mandado de segurança preventivo.
- e) propor ação popular.

41) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2004)

Eu e mais três pessoas fomos aprovados nos quatro primeiros lugares em concurso público para provimento de cargo inicial de carreira no serviço público. Tomamos conhecimento pelo Diário Oficial de que o quinto classificado foi nomeado hoje. Fomos avisados pela Administração que seremos nomeados nos próximos dias. Nesse caso, se não nos conformarmos com a situação, poderemos impetrar um

- a) mandado de segurança coletivo.
- b) mandado de injunção.
- c) habeas corpus.
- d) mandado de segurança.
- e) habeas data.

42) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Tendo um cidadão formulado denúncia de suposto desvio de verbas públicas por dirigente de autarquia federal perante o Tribunal de Contas da União (TCU), requereu o dirigente em questão que lhe fosse revelada a identidade do autor da denúncia, a fim de que pudesse tomar as medidas eventualmente cabíveis em defesa de seus interesses, pedido este que, contudo, foi rejeitado pelo Presidente do TCU. Nesta hipótese, o remédio constitucional adequado para fazer valer a pretensão do dirigente da autarquia perante o TCU seria o

- a) mandado de injunção, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- b) mandado de segurança, de competência do Superior Tribunal de Justiça.

- c) habeas data, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- d) habeas data, de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- e) mandado de segurança, de competência do Supremo Tribunal Federal.

43) FCC - AJ (Administrativa) - TRT5 (2003)

Na hipótese de ser negado a alguém o acesso a informações, a seu respeito, constantes do banco de dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, é possível a impetração, por essa pessoa, de

- a) habeas data.
- b) mandado de segurança.
- c) mandado de injunção.
- d) habeas corpus.
- e) ação popular.

44) FCC - AJ (Judiciária) TRT5 (2003)

Determinada associação civil sem fins lucrativos requereu a expedição de certidão negativa de tributos municipais para defesa de direito da própria entidade. A certidão lhe foi negada por ato abusivo da autoridade municipal, o que motivou o desejo da associação de ingressar em juízo para obter o referido documento. Diante disso, a associação poderá propor, para a defesa de seu direito,

- a) mandado de segurança coletivo.
- b) habeas data.
- c) mandado de segurança individual.
- d) ação popular.
- e) ação civil pública.

45) FCC - AJ (Administrativa) - TRT19 (2014)

Ludmila Iris Cosmópolis é sócia-gerente de uma pequena empresa, a qual, há dois meses, foi autuada por Leôncio Pafúncio, auditor fiscal do trabalho, em razão de haver três empregados sem registro no momento da fiscalização promovida pelo Ministério do Trabalho. Ludmila entende ser ilegal essa autuação, o que garante à empresa impetrar

- a) mandado de segurança junto ao Tribunal Regional do Trabalho.
- b) habeas data perante o Tribunal de Justiça do Estado.
- c) mandado de segurança perante Vara do Trabalho.
- d) habeas data perante Vara da Justiça Federal.
- e) mandado de segurança perante o Tribunal Regional Federal.

46) FCC - AJ (Administrativa) - TRT4 (2015)

Os sindicatos, em prol da categoria profissional que representam, possuem legitimidade ativa para a defesa judicial e administrativa dos interesses

- a) individuais homogêneos e coletivos, fazendo-o sob a forma de substituto processual, sempre na dependência de expressa autorização de seus filiados.
- b) coletivos e difusos, fazendo-o sob a forma de legitimado ordinário, independentemente de expressa autorização de seus filiados.
- c) individuais homogêneos, coletivos e difusos, como substituto processual, sempre na dependência de expressa autorização de seus filiados.

- d) individuais homogêneos e coletivos, fazendo-o sob a forma de substituto processual, independentemente de expressa autorização de seus filiados.
- e) individuais homogêneos e coletivos, fazendo-o como legitimado ordinário, sempre na dependência de expressa autorização de seus filiados.

Direitos Sociais

47) FCC - AJ (Judiciária) - TRT6 (2012)

Estão no rol dos direitos sociais, segundo previsão expressa da Constituição:

- a) assistência aos desamparados, propriedade e liberdade.
- b) saúde, educação e felicidade.
- c) segurança, saúde e liberdade.
- d) moradia, alimentação e felicidade.
- e) alimentação, lazer e proteção à maternidade.

48) FCC - AJ (Administrativa) - TRT6 (2012)

Os direitos sociais reconhecidos aos trabalhadores pela Constituição Federal

- a) estabelecem que é obrigatória a remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em cinquenta por cento à do normal.
- b) aplicam-se apenas às relações de trabalho urbanas, já que os trabalhadores rurais são regidos por legislação específica.
- c) determinam que é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, bem como qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.
- d) são normas programáticas e, portanto, desprovidas de eficácia jurídica, dependendo da discricionariedade do Administrador Público para que se concretizem.
- e) asseguram que é livre a associação sindical, sendo permitida a criação de mais de uma organização sindical representativa de categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.

49) FCC - AJ - TRT6 (2012)

Conforme Constituição Federal, a jornada de trabalho para trabalhadores urbanos e rurais, em turnos ininterruptos de revezamento, é de

- a) 6 horas, salvo em negociação coletiva.
- b) 12 horas por dia, com 36 horas de folga.
- c) 8 horas por dia, com uma folga semanal.
- d) 8 horas por dia, ou maiores se acordado por negociação coletiva.
- e) 6 horas por dia, com 2 folgas semanais.

50) FCC - AJ - TRT6 (2012)

A Constituição Federal de 1988 estabelece cláusulas que visam a melhoria da condição social dos trabalhadores urbanos e rurais. Dentre elas, inclui-se

- a) a permissão da diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de idade.

- b) a diferenciação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- c) o estabelecimento da distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- d) a permissão de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos.
- e) a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

51) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

O direito que impõe aos sindicatos diversos requisitos que se coadunem com os princípios constitucionais, sendo que deverão os estatutos estabelecer eleições periódicas e por escrutínio secreto para seus órgãos dirigentes, quorum de votações para assembleias gerais, inclusive deflagração de greves, controle e responsabilização dos órgãos dirigentes, é classificado como

- a) de relacionamento.
- b) de liberdade de constituição.
- c) de independência.
- d) democrático.
- e) de autonomia.

52) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2008)

A liberdade da definição da forma de administração do sindicato corresponde ao direito de

- a) exercício de atividade sindical na empresa.
- b) auto-organização sindical.
- c) estabilidade provisória.
- d) liberdade de inscrição sindical.
- e) proteção sindical.

53) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2004)

Considere as afirmações relativas aos direitos sociais previstos pela Constituição Federal:

I. O décimo terceiro salário também é deferido aos servidores públicos, mas os trabalhadores domésticos não têm direito a ele.

II. O piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho também é deferido aos trabalhadores domésticos, mas os servidores públicos não têm direito a ele.

III. O repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, é deferido aos trabalhadores urbanos, rurais, domésticos e aos servidores públicos.

IV. A licença-paternidade, nos termos fixados em lei, é deferida aos trabalhadores urbanos, rurais, domésticos e aos servidores públicos.

São corretos APENAS os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.

- d) II e IV.
- e) III e IV.

54) FCC - AJ - TRT3 (2005)

Segundo expressa determinação constitucional, os servidores ocupantes de cargos públicos, submetidos a regime estatutário, gozam de certos direitos previstos para os trabalhadores urbanos e rurais e, dentre eles, dos seguintes:

- a) salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, seguro-desemprego, repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- b) salário mínimo fixado em lei nacional, remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal, seguro-desemprego, seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
- c) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos e salário mínimo, fixado em lei de âmbito regional.
- d) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço público e proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de quatorze anos.
- e) salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei, e proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

55) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2009)

São considerados direitos sociais, dentre outros,

- a) as liberdades positivas e negativas, mas de observância facultativa face a reserva do possível.
- b) os individuais do trabalhador, pessoa física, como o direito de greve.
- c) os direitos fundamentais de primeira geração à exceção daqueles considerados como de segunda geração.
- d) os direitos coletivos do trabalhador como os relacionados à medicina do trabalho.
- e) os genéricos como a segurança e o lazer.

56) FCC - AJ (Administrativa) - TRT4 (2006)

A Constituição Federal prevê que sejam remuneradas com adicional as atividades realizadas

- a) em condições penosas, insalubres ou perigosas; com maior perfeição técnica e produtividade.
- b) em horário noturno; em turnos de revezamento; em condições penosas, insalubres ou perigosas.
- c) em turnos de revezamento; em condições penosas, insalubres ou perigosas; além da jornada regular.
- d) além da jornada regular; com maior perfeição técnica e produtividade; em turnos de revezamento.
- e) em horário noturno; além da jornada regular; em condições penosas, insalubres ou perigosas.

57) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2006)

Em relação aos Direitos Sociais, é correto afirmar que

- a) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- b) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, salvo na mesma base territorial.
- c) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- d) o aposentado filiado é inelegível, tendo, porém direito a votar nas organizações sindicais.
- e) o empregado sindicalizado eleito a cargo de direção sindical, ainda que suplente, não pode ser dispensado, até dois anos após o final do mandato, ainda que venha a cometer falta grave nos termos da lei.

58) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2006)

Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, previsto na Constituição Federal:

- a) repouso semanal remunerado, exclusivamente aos domingos.
- b) adicional de remuneração para as atividades insalubres ou perigosas, excetuadas as penosas, na forma da lei.
- c) seguro-desemprego, em caso de pedido de dispensa ou desemprego involuntário.
- d) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- e) jornada suplementar com adicional mínimo de 25%.

59) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2006)

Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- I. Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável.
- II. Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- III. Remuneração do serviço extraordinário, superior, no máximo, em trinta por cento à do normal.
- IV. Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime a sua retenção culposa.
- V. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

É correto APENAS o que consta em

- a) I, II e V.
- b) III, IV e V.
- c) II, III e IV.
- d) I e III.
- e) I e V.

60) FCC - AJ (Administrativa) - TRT5 (2003)

Proposta de Emenda à Constituição com vistas à inclusão do direito à alimentação entre os direitos sociais, apresentada à Câmara dos Deputados por 1% do eleitorado nacional, distribuído nos Estados do Acre, Alagoas, Bahia e Pernambuco, fere a Constituição porque

- a) não aderiram tantos Estados quantos necessários para a apresentação de proposta de Emenda de

iniciativa popular à Constituição.

- b) direitos sociais não podem ser objeto de proposta de Emenda à Constituição.
- c) a votação de proposta de iniciativa popular tem início no Senado Federal, e não na Câmara dos Deputados.
- d) a matéria relacionada aos direitos sociais é de iniciativa privativa do Presidente da República.
- e) não pode haver apresentação de proposta de Emenda à Constituição por iniciativa popular.

61) FCC - AJ (Administrativa) - TRT5 (2003)

José prestou serviços domésticos a Maria do Carmo no período de 25/11/1994 a 25/11/2000, tendo sido demitido sem justa causa e sem o pagamento das verbas relativas a aviso prévio e décimo terceiro salário de todo o período. Diante dessa situação, eventual reclamação trabalhista que viesse a ser promovida por José, no ano corrente, em face de Maria do Carmo, seria julgada

- a) improcedente, porque a Constituição não assegura aviso prévio nem décimo terceiro salário ao trabalhador doméstico.
- b) procedente apenas em relação ao décimo terceiro salário, pois a Constituição não assegura aviso prévio ao trabalhador doméstico.
- c) procedente apenas em relação ao aviso prévio, pois a Constituição não assegura décimo terceiro salário ao trabalhador doméstico.
- d) improcedente, em função do decurso do prazo prescricional previsto na Constituição para o ajuizamento de reclamação trabalhista.
- e) procedente quanto a aviso prévio e décimo terceiro salário, mas apenas em relação aos cinco últimos anos do contrato de trabalho de José.

62) FCC - AJ (Judiciária) - TRT5 (2003)

Dentre os direitos sociais do trabalhador assegurados na Constituição Federal encontra-se o direito

- a) à redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- b) à remuneração do serviço extraordinário, no mínimo, 30% superior à remuneração normal.
- c) à irredutibilidade do salário, que não poderá ser objeto sequer de convenção coletiva.
- d) ao seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.
- e) ao salário-família pago em razão do dependente de qualquer trabalhador urbano ou rural, nos termos da lei.

63) FCC - AJ (Judiciária) - TRT19 (2014)

Foi editada lei federal dispendo a respeito das organizações sindicais, determinando

I. a obrigatoriedade da participação dos sindicatos dos empregados nas negociações coletivas de trabalho, salvo se substituído por comissão eleita pelos próprios empregados interessados no acordo.

II. que o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

III. que cabe ao sindicato a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I.

- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

64) FCC - AJ (Judiciária) - TRT12 (2010)

Sobre os Direitos Sociais, a manifestação do princípio da solidariedade internacional dos interesses dos trabalhadores está inserida no direito de

- a) liberdade de inscrição.
- b) proteção especial aos dirigentes eleitos dos trabalhadores.
- c) independência.
- d) autonomia.
- e) relacionamento.

65) FCC - AJ - TRT9 (2015)

Nos termos da Constituição Federal, é direito social a

- a) despoluição dos rios.
- b) proteção à maternidade.
- c) criação de praças públicas.
- d) regulamentação de atividades de lazer.
- e) regulamentação da lei do silêncio.

66) FCC - AJ (Administrativa) - TRT9 (2013)

No que concerne aos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a Constituição Federal

- a) proíbe o exercício de trabalho insalubre pelo trabalhador com até 18 anos de idade.
- b) admite que sejam estabelecidas determinadas distinções entre o trabalho manual, o técnico e o intelectual.
- c) estabelece igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- d) prevê a irredutibilidade salarial absoluta.
- e) assegura assistência gratuita aos filhos e dependentes do trabalhador desde o nascimento até os 6 anos de idade em creches e pré-escolas.

67) FCC - AJ (Judiciária) - TRT (2015)

Quanto aos direitos dos trabalhadores assegurados pela Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que:

- a) O valor dos vencimentos do servidor público pode ser inferior ao do salário mínimo vigente desde que tal montante seja acrescido por abono em quantia suficiente para o atingimento do piso.
- b) A natureza das atribuições do cargo a ser provido pode funcionar como justificativa para a imposição de limite de idade para a inscrição no concurso público respectivo.
- c) A existência de seguro contra acidente do trabalho não exime o empregador de responsabilidade civil na hipótese de culpa grave.
- d) Ainda que sujeito a regime de revezamento, o trabalhador faz jus ao recebimento de adicional de serviço noturno.
- e) A gratificação natalina possui natureza indenizatória, não integrando a remuneração normal do

trabalhador.

68) FCC - AJ (Administrativa) - TRT23 (2016)

Sobre os direitos sociais na Constituição Federal brasileira, considere:

- I. O piso salarial garantido é aquele proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- II. A irredutibilidade do salário é garantia absoluta dos trabalhadores urbanos e rurais.
- III. A garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, não alcança aqueles que percebem remuneração variável.
- IV. O prazo de prescrição da ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho é de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e II.

69) FCC - AJ(Administrativa) - TRT23 (2016)

Sobre a categoria dos trabalhadores domésticos, em face dos direitos sociais do trabalho decorrentes do sistema da Constituição Federal brasileira considere:

- I. Atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades são assegurados todos os direitos sociais.
- II. Têm direito à licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
- III. É assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- IV. É assegurada a proibição de trabalho noturno, a menores de dezoito anos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) I e II.
- e) IV.

70) FCC - AJ (Judiciária) - TRT16 (2014)

Analise a seguinte norma constitucional inerente aos direitos sociais:

Art. 8º: É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: (...) IV – a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei.

Trata-se de norma de eficácia

- a) exaurida.
- b) limitada.
- c) plena.
- d) contida.
- e) programática.

71) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2015)

Considere as afirmações abaixo.

I. Pode a lei exigir o registro do sindicato no órgão competente, em que pese a Constituição Federal vede a interferência e a intervenção do Poder Público na organização sindical.

II. É obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, que poderão admitir jornada superior a seis horas para trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.

III. Sindicato é parte legítima para impetrar mandado de segurança coletivo para defesa dos interesses de seus membros, ainda que esteja em funcionamento há menos de um ano, devendo ser proposto perante a Justiça do Trabalho quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

IV. Em que pese a Constituição Federal garanta a liberdade de associação sindical do servidor público, condiciona seu exercício à edição de lei que trate dos serviços ou atividades essenciais à comunidade, sendo que eventual omissão do legislador pode ser suprida através de decisão proferida em mandado de injunção.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) II e III e IV.
- e) III e IV.

Da nacionalidade

72) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2004)

Em matéria de nacionalidade, considere:

I. A naturalização reconhecida a estrangeiro de qualquer nacionalidade, residente no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal.

II. A naturalização que se concede ao estrangeiro, residente no país, que preencha os requisitos previstos na lei de naturalização, exigida a originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

As naturalizações acima denominam-se, respectivamente,

- a) secundária e primária.
- b) ordinária e extraordinária.
- c) primária e secundária.
- d) extraordinária e ordinária.
- e) ordinária e primária.

73) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

A naturalização extraordinária tem por requisitos

- a) residência contínua no país pelo prazo de quatro anos; ler e escrever em português; e bom procedimento.
- b) residência fixa no país há mais de quinze anos; ausência de condenação penal; e requerimento do interessado.
- c) residência contínua no país pelo prazo de cinco anos; ler e escrever em português; e bom procedimento.
- d) residência contínua no país pelo prazo de cinco anos; exercício de profissão; e bom procedimento.
- e) residência contínua no país pelo prazo de cinco anos; posse de bens suficientes próprios e da família; e ausência de condenação penal.

74) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2004)

Quanto à aquisição da nacionalidade brasileira por estrangeiros, é correto afirmar que aos estrangeiros originários de

- a) países de língua portuguesa exige-se apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- b) Portugal nada se exige, visto que eles são, assim que residentes, automaticamente considerados brasileiros naturalizados.
- c) qualquer país exige-se a residência há mais de dez anos e ausência de condenação criminal.
- d) qualquer país a naturalização é automática, desde que tenham contribuído com seu trabalho para o desenvolvimento nacional por mais de trinta anos.
- e) qualquer país, desde que tenham filho brasileiro, a naturalização é concedida automaticamente e não mais podem ser extraditados.

75) FCC - AJ (Administrativa) - TRT5 (2003)

O filho de pai brasileiro e mãe francesa, nascido na França, é considerado

- a) brasileiro nato, desde que venha a residir no Brasil e opte pela nacionalidade brasileira.
- b) brasileiro nato, sujeito a perder sua nacionalidade por sentença judicial transitada em julgado.
- c) estrangeiro, podendo optar pela nacionalidade brasileira após completar 21 anos de idade.
- d) brasileiro naturalizado, podendo optar pela nacionalidade francesa, sem perder a brasileira.

e) estrangeiro, podendo naturalizar-se brasileiro se vier a residir por 15 anos ininterruptos no Brasil.

76) FCC - AJ (Judiciária) - TRT5 (2003)

É privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) Procurador-Geral da República.
- d) Ministro de Estado da Justiça.
- e) Ministro de Estado das Relações Exteriores.

77) FCC - AJ (Administrativa) - TRT19 (2014)

Anita Fernanda, nascida em Goiânia há 26 anos, é designer de moda no Brasil. Na semana passada, recebeu um convite para morar na Europa e trabalhar em uma agência de moda que desenha figurinos para os principais desfiles de Paris. No entanto, o país em que trabalhará exigiu que Anita se naturalizasse para nele permanecer e exercer sua atividade profissional. Antes de aceitar a proposta para o novo emprego, Anita consulta sua advogada, questionando-a sobre as possíveis consequências decorrentes de um pedido de naturalização. Nesta hipótese, à luz do que dispõe a Constituição Federal, a advogada informa que Anita

- a) terá declarada a perda da nacionalidade brasileira.
- b) terá declarada a suspensão da nacionalidade brasileira, apenas enquanto não cancelar a naturalização do país em que trabalhará.
- c) terá declarada a suspensão da nacionalidade brasileira até o momento em que retornar ao Brasil, quando, então, poderá optar, novamente, pela nacionalidade brasileira.
- d) perderá automaticamente a nacionalidade brasileira. Todavia, terá garantido o direito de solicitar a reaquisição da nacionalidade, junto ao Ministério da Justiça, assim que regressar ao Brasil definitivamente.
- e) não terá declarada a perda da nacionalidade brasileira.

78) FCC - AJ (Administrativa) - TRT9 (2013)

Jonatas nasceu no Canadá. Seu pai é brasileiro e sua mãe canadense. Quando completou 10 anos, veio, juntamente com sua família, para o Brasil e aqui passou a residir. No momento em que atingiu a maioridade, Jonatas optou pela nacionalidade brasileira. Nos termos da Constituição Federal, Jonatas

- a) é considerado brasileiro e canadense, ou seja, tem obrigatoriamente dupla nacionalidade.
- b) é considerado brasileiro naturalizado.
- c) não pode optar por nacionalidade, pois em razão de sua moradia ininterrupta no Brasil, adquire obrigatoriamente a nacionalidade brasileira.
- d) é considerado canadense.
- e) é considerado brasileiro nato.

79) FCC - AJ - TRT9 (2015)

Considere os seguintes itens:

I. Hino nacional.

- II. Feriados oficiais nacionais.
- III. Armas nacionais.
- IV. Selo nacional.

Nos termos da Constituição Federal, além da Bandeira nacional, é símbolo da República Federativa do Brasil o constante APENAS em

- a) II e III.
- b) III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I e IV.

80) FCC - AJ - TRT1 (2014)

Salomé nasceu em Portugal quando sua mãe, brasileira, cursava doutorado na Universidade de Coimbra. O pai de Salomé é português. Quanto à sua nacionalidade, Salomé

- a) poderá ser brasileira naturalizada, jamais nata.
- b) somente poderia adquirir a nacionalidade brasileira se sua mãe estivesse a serviço do Brasil, na época do seu nascimento.
- c) poderá optar pela nacionalidade brasileira, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, se vier a residir no Brasil.
- d) jamais poderá adquirir a nacionalidade brasileira.
- e) adquirirá a nacionalidade brasileira desde que venha a residir no Brasil antes de completar 18 anos.

81) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

A espécie de extradição requerida por um Estado soberano estrangeiro ao Brasil é classificada de

- a) bilateral.
- b) unilateral.
- c) objetiva.
- d) fundamental.
- e) passiva.

82) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2008)

No que diz respeito aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, o ato de entregar o estrangeiro a outro Estado por delito nele praticado é denominado

- a) deportação.
- b) expulsão.
- c) extradição.
- d) exclusão.
- e) banimento.

83) FCC - AJ (Administrativa) - TRT16 (2014)

Pietro, nascido na Itália, naturalizou-se brasileiro no ano de 2012. No ano de 2011, Pietro acabou cometendo um crime de roubo, cuja autoria foi apurada apenas no ano de 2013, sendo instaurada a competente ação penal, culminando com a condenação de Pietro, pela Justiça Pública, ao cumprimento da

pena de 05 anos e 04 meses de reclusão, em regime inicial fechado, por sentença transitada em julgado. Neste caso, nos termos estabelecidos pela Constituição federal, Pietro

- a) não poderá ser extraditado, tendo em vista a quantidade de pena que lhe foi imposta pelo Poder Judiciário.
- b) não poderá ser extraditado, pois o crime foi cometido antes da sua naturalização.
- c) poderá ser extraditado.
- d) não poderá ser extraditado, pois não cometeu crime hediondo ou de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afim.
- e) não poderá ser extraditado, pois a sentença condenatória transitou em julgado após a naturalização.

84) FCC - AJ (Judiciária) TRT23 (2016)

“A” é um cidadão inglês naturalizado brasileiro que foi condenado por crime de tráfico de drogas na Inglaterra. “B” é um cidadão iraniano que pediu asilo ao Brasil por ter cometido crime de opinião em seu país, ao fazer oposição ao governo do Irã. Considerando que ambos residem no Brasil e também o que dispõe a Constituição Federal de 1988 a respeito da extradição,

- a) “A” e “B” poderão ser extraditados.
- b) “A” não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede a extradição de cidadão naturalizado brasileiro por prática de crime de tráfico de drogas e “B” poderá ser extraditado, uma vez que foi condenado por crime de opinião, e não por crime político.
- c) “B” poderá ser extraditado porque o Brasil não concede asilo a estrangeiro que tenha cometido crime de opinião, mas “A” não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede a extradição de cidadão naturalizado brasileiro por prática de crime de tráfico de drogas.
- d) “A” não poderá ser extraditado porque o Brasil não prevê a possibilidade de extradição para brasileiros naturalizados e “B” não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede extradição por crime de opinião.
- e) “B” não poderá ser extraditado porque o Brasil não concede extradição por crime de opinião, mas “A” poderá ser extraditado, ainda que o crime tenha sido praticado depois da naturalização.

Organização do Estado

85) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2008)

No que diz respeito à organização político-administrativa, o princípio cuja finalidade é acentuar a igualdade de todos os brasileiros, independentemente do Estado-membro de nascimento ou domicílio, é denominado

- a) não-intervenção.
- b) independência nacional.
- c) prevalência dos direitos humanos.
- d) autodeterminação dos povos.
- e) isonomia federativa.

86) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2008)

No que concerne à Organização do Estado, se um Estado for dividido em vários novos Estados-membros, todos com personalidades diferentes, desaparecendo por completo o Estado-originário, ocorrerá a hipótese de alteração divisional interna denominada

- a) desmembramento-anexação.
- b) fusão.
- c) cisão.
- d) desmembramento-formação.
- e) contração.

87) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2004)

Quanto à competência legislativa da União, é INCORRETO afirmar:

- a) "No caso de coexistência de legislação concorrente, a federal exclui a estadual e a estadual exclui a municipal".
- b) "A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário".
- c) "A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados".
- d) "Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades".
- e) "No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais".

88) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2005)

Visando ao reequilíbrio das relações federativas, mediante o fortalecimento da esfera estadual, a Constituição Federal adotou um sistema de repartição de competências que

- a) determinou a aplicação do princípio da subsidiariedade no domínio da legislação concorrente, legislando a União apenas se a regulamentação de um assunto por lei de um dos Estados prejudicar interesses dos demais.
- b) ensejou aos Estados o exercício de competências legislativas privativas da União, sempre que a inexistência de lei federal impossibilite o exercício de competências materiais estaduais.
- c) deferiu aos Estados, no âmbito da legislação concorrente, a elaboração de normas gerais, desde que haja delegação expressa da União.
- d) conferiu aos Estados, no âmbito da legislação concorrente, competência legislativa plena na hipótese de inexistência de normas gerais da União.
- e) estabeleceu, no âmbito das competências materiais comuns, que a coordenação e a cooperação entre todas as entidades federadas far-se-ão sob a égide da legislação estadual.

89) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2009)

Tendo em vista a organização do Estado, é certo que

- a) a União é pessoa jurídica de direito público interno e externo sendo o único ente formador do Estado Federal, uma vez que os demais entes são divisões administrativo-territoriais.
- b) a República Federativa do Brasil representa o Estado Federal nos atos de Direito Internacional, porque

quem pratica os atos desse Direito é a União Federal e os Estados federados.

c) à União cabe exercer as prerrogativas de soberania do Estado brasileiro, quando representa a República Federativa do Brasil nas relações internacionais.

d) a União, por ser soberana em todos os aspectos, pode ser considerada entidade federativa em relação aos Estados membros e Municípios.

e) os entes integrantes da Federação, em determinadas situações, à exceção dos Territórios, têm competência para representar o Estado federal frente a outros Estados soberanos.

90) FCC - AJ (Administrativa) - TRT5 (2003)

A concessão para exploração dos serviços de telecomunicações é de competência

- a) da União.
- b) suplementar dos Municípios.
- c) dos Estados e do Distrito Federal.
- d) comum dos Estados e Municípios.
- e) concorrente da União e dos Estados.

91) FCC - AJ (Judiciária) - TRT5 (2003)

A competência para legislar sobre direito do trabalho pertence

- a) somente aos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.
- b) concorrentemente à União Federal, aos Estados-membros, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- c) privativamente aos Estados-membros e Distrito Federal, que não poderão delegá-la.
- d) privativamente aos Estados-membros, que poderão delegá-la à União Federal.
- e) privativamente à União Federal, que poderá delegá-la aos Estados-membros.

92) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2014)

Atenção: Para responder à questão, considere o que se propõe em cada uma delas e assinale:

Sobre as competências:

I. É inconstitucional lei estadual que estabelece regime especial de pagamento parcelado de multas de trânsito aplicadas em rodovias estaduais, pois dispõe sobre matéria de competência legislativa privativa da União.

II. A autonomia política assegurada aos Estados membros alcança a competência legislativa para tornar obrigatório o uso permanente de faróis baixos, inclusive durante o período diurno, aos veículos automotores que trafeguem nas rodovias estaduais, de modo a elevar os níveis de proteção e segurança nas estradas.

III. É inconstitucional lei estadual que condiciona a obrigatoriedade da cobrança das multas aplicadas pelos órgãos estaduais de trânsito ao recebimento da notificação via serviço postal, pois dispõe sobre matéria de competência legislativa privativa da União.

- a) está correto o que se afirma em I, apenas.
- b) está correto o que se afirma em II, apenas.
- c) está correto o que se afirma em III, apenas.

- d) está correto o que se afirma em I e II, apenas.
- e) está correto o que se afirma em I, II e III.

93) FCC - AJ (Administrativa) - TRT3 (2015)

As vedações constitucionais expressas impostas simultaneamente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios alcançam

- a) a existência de regime tributário fundado na cumulatividade; a observância de simetria entre os Poderes de cada um dos entes; intangibilidade da dignidade humana.
- b) a proibição de desapropriação de bens imóveis entre si; a de legislar concorrentemente sobre qualquer tema; ao direito de secessão.
- c) a de obrigatória simetria entre os entes; a de adoção de regime unicameral parlamentar; a de limitação de uso das forças armadas.
- d) a proibição de órgão de controle externo da Administração; a não intervenção sobre o Poder Judiciário e o Ministério Público; autonomia orçamentária.
- e) o conceito de Estado laico; a proibição de recusa de fé em documentos públicos e a proibição de distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

94) FCC - AJ - TRT3 (2015)

A Constituição Federal em seu Título III, artigo 18 dispõe sobre a organização do Estado brasileiro, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. Destaca-se que

- a) as prioridades administrativas de cada ente federativo estão definidas constitucionalmente.
- b) cada ente federativo possui autonomia: financeira, política e administrativa.
- c) estados devem responder à União sobre o uso de recursos financeiros estaduais.
- d) a União está subordinada às Leis Orgânicas Municipais.
- e) o número de municípios está definido pela Constituição Federal de 1988.

95) FCC - AJ - TRT1 (2011)

A Constituição Federal faculta à União a delegação de assuntos de sua competência legislativa privativa aos Estados, desde que satisfeitos os requisitos

- a) absoluto, classificatório e nominal.
- b) explícito, objetivo e material.
- c) formal, material e implícito.
- d) explícito, formal e classificatório.
- e) subjetivo, implícito e absoluto.

96) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2015)

O Governador de determinado Estado da Federação encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de Lei disciplinando procedimentos em matéria processual, bem como regulamentando a atuação da Defensoria Pública do Estado em juízo em defesa de pessoas com menos recursos financeiros. A matéria versada na proposta

- a) insere-se na competência legislativa concorrente entre União e Estados, podendo ser objeto de projeto de lei de iniciativa legislativa do Governador, respeitadas as normas gerais editadas pela União.

b) relativamente à atuação da Defensoria Pública Estadual em juízo insere-se na competência legislativa reservada aos Estados, visto que não cabe à União, nem aos Municípios tratarem do assunto, mas os procedimentos em matéria processual devem ser disciplinados nos regimentos internos dos Tribunais e não em lei.

c) relativamente à atuação da Defensoria Pública Estadual em juízo insere-se na competência legislativa reservada aos Estados, mas a disciplina de procedimentos em matéria processual insere-se na competência legislativa privativa da União, podendo ser objeto de Lei Estadual apenas se houver delegação de competência por meio de Lei Complementar.

d) relativamente à atuação da Defensoria Pública Estadual em juízo insere-se na competência legislativa reservada aos Estados, mas a disciplina de procedimentos em matéria processual insere-se na competência legislativa concorrente entre União e Estados, devendo, portanto, esse aspecto da proposta observar as normas gerais editadas pela União.

e) insere-se na competência legislativa reservada aos Estados, visto que não cabe à União, nem aos Municípios tratarem do assunto, podendo ser objeto de projeto de lei de iniciativa legislativa do Governador.

97) FCC - AJ (Judiciária) - TRT9 (2015)

A competência legislativa em matéria ambiental é concorrente entre a União e os Estados-membros.

Isso significa dizer que

a) os Municípios não podem, em nenhuma circunstância, legislar acerca da matéria.

b) cabe à União editar a lei geral acerca da matéria, podendo os Estados-membros editar normas próprias, que prevalecerão sobre aquela nos limites espaciais de seu território.

c) a edição de lei federal acerca do tema limita a liberdade legislativa dos Estados-membros, que deverão respeitar os contornos traçados por aquela norma.

d) enquanto não for editada a lei federal, os Estados membros têm plena liberdade legislativa, sendo certo que, sobrevindo aquela, caso algum dispositivo se mostre incompatível com regra traçada pela lei estadual esta última será considerada automaticamente revogada.

e) ocorrendo divergência entre o teor da lei federal e da lei estadual, a preponderância de uma ou outra dependerá da natureza do interesse tutelado no caso concreto.

98) FCC - AJ (Administrativa) - TRT9 (2015)

Considere as seguintes áreas do Direito:

I. Direito do trabalho.

II. Direito tributário.

III. Direito financeiro.

Compete privativamente à União legislar sobre as disciplinas constantes em

a) I, II e III.

b) I, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) III, apenas.

99) FCC - AJ (Judiciária) - TRT23 (2016)

De acordo com a Constituição Federal de 1998, compete

- a) aos Estados-membros fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- b) à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao consumidor.
- c) privativamente à União legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente.
- d) privativamente aos Estados e ao Distrito Federal planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e inundações.
- e) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar sobre populações indígenas.

100) FCC - AJ (Judiciária) - TRT6 (2012)

Em relação às competências no âmbito da organização político-administrativa do Estado Brasileiro, é correto asseverar que a União

- a) possui competência legislativa privativa, a qual não pode ser delegada aos Estados, ao Distrito Federal e nem aos Municípios.
- b) é dotada de competência administrativa remanescente ou residual para suprir a inércia legislativa dos Estados e Municípios.
- c) pode avocar uma competência estadual ou municipal sempre que o interesse público exigir.
- d) suplementa a atuação dos Estados e Municípios quando exerce a competência legislativa concorrente.
- e) possui competência comum, juntamente com Estados, Distrito Federal e Municípios, para fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

101) FCC - AJ (Judiciária) - TRT6 (2012)

Determina a Constituição que Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. Esta regra constitucional aplica-se no caso de competência

- a) comum.
- b) reservada.
- c) suplementar.
- d) concorrente.
- e) remanescente.

102) FCC - AJ (Administrativa) - TRT6 (2012)

Em decisão recente, o Supremo Tribunal Federal considerou que o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei no 10.671/2003) cuida de matéria que se insere dentre as competências concorrentes, na medida em que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto. Nesse sentido, no âmbito da competência concorrente, o Estatuto de Defesa do Torcedor estabelece normas

- a) suplementares.
- b) remanescentes.
- c) interventivas.
- d) gerais.
- e) complementares.

103) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2004)

É INCORRETO afirmar que entre os bens da União incluem-se

- a) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- b) os potenciais de energia hidráulica.
- c) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- d) os rios que banhem mais de um Estado.
- e) as terras ao longo das fronteiras terrestres, com largura de cento e cinquenta quilômetros.

104) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Considere a hipótese de tramitarem perante as Casas do Congresso Nacional as seguintes proposições legislativas:

I. Projeto de lei ordinária tendo por objeto o estabelecimento de normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

II. Projeto de lei complementar visando à organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes.

III. Projeto de lei complementar concedendo autorização para que os Estados legislem sobre questões específicas em matéria de proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

IV. Projeto de lei complementar concedendo autorização para que os Estados legislem sobre questões específicas em matéria de direito do trabalho.

Diante da repartição constitucional de competências entre os entes da Federação, deveria cessar a tramitação dos projetos referidos em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

105) FCC - AJ (Administrativa) - TRT1 (2013)

Suponha que, após a edição de lei federal dispendo sobre normas gerais em matéria de previdência social, determinado Estado da Federação publicou lei dispendo sobre normas específicas nessa matéria aplicável no âmbito estadual. Considerando essa situação, a lei

- a) federal é inconstitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa privativa dos Estados e do Distrito Federal.
- b) federal é inconstitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa concorrente somente dos Estados e dos Municípios.
- c) estadual é inconstitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa privativa da União.
- d) federal é constitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa concorrente da União e dos Estados e Distrito Federal, cabendo à União dispor sobre normas gerais.
- e) estadual é inconstitucional, já que o Estado somente poderia ter legislado sobre a matéria na ausência de normas gerais da União.

106) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2014)

É competência privativa da União legislar sobre as matérias de direito

- a) agrário, direito econômico, sistema estatístico e registros públicos.
- b) do trabalho, propaganda comercial, metalurgia e proteção à infância e à juventude.
- c) penal, direito penitenciário, cidadania e sistema cartográfico.
- d) espacial, desapropriação, propaganda comercial e definição de crimes de responsabilidade.
- e) agrário, direito penitenciário, metalurgia e sistema cartográfico.

107) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2014)

Considere as seguintes afirmativas:

I. É inconstitucional lei estadual que institui dever a supermercados e estabelecimentos assemelhados de expor, num mesmo local ou gôndola, os produtos alimentícios especialmente elaborados sem o uso de glúten como medida protetiva aos portadores de doença celíaca, pois trata-se de matéria sujeita à competência privativa dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local.

II. A autonomia política dos Estados-membros alcança a competência legislativa privativa para conferir ao Defensor Público-Geral do Estado estatura administrativa de Secretário de Estado, submetendo sua nomeação à livre escolha do Governador.

III. A autonomia política dos Estados-membros não alcança a competência legislativa para instituir comissão estadual voltada a autorizar, monitorar e fiscalizar a pesquisa, e demais atividades relacionadas ao setor nuclear, de modo a assegurar que suas aplicações garantam a saúde, o bem-estar e a segurança da população, bem como, a preservação do meio ambiente.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I.
- b) II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I e III.

108) FCC - AJ (Judiciária) - TRT12 (2010)

A Constituição Federal faculta à União a delegação de assuntos de sua competência legislativa privativa aos Estados, desde que satisfeitos os requisitos

- a) objetivo e explícito.
- b) formal, material e implícito.
- c) subjetivo e absoluto.
- d) ativo, relativo e explícito.
- e) singular, objetivo e pleno.

109) FCC - AJ - TRT1 (2014)

Compete, privativamente à União, legislar sobre

- a) direito civil; direito do trabalho e direito agrário.
- b) produção e consumo; responsabilidade por dano ao meio ambiente e propaganda comercial.
- c) direito do trabalho; seguridade social e proteção à infância e à juventude.
- d) direito civil; direito urbanístico e direito do trabalho.
- e) direito urbanístico; produção e consumo e seguridade social.

110) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

Os Estados poderão

- a) instituir, mediante emenda à Constituição Estadual e antecedida de referendun, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- b) fundirem-se a outros Estados, mediante Lei Estadual, dentro do período determinado por Lei Delegada Estadual, e dependerão de consultas prévias às Assembleias Legislativas dos Estados envolvidos.
- c) desmembrar-se para formarem novos Estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- d) legislar sobre os serviços locais de postagem, na forma da lei, sendo permitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- e) legislar sobre registros públicos, na forma da lei, sendo permitida a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

111) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2015)

De acordo com a Constituição Federal, a criação de regiões metropolitanas constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, deverá ser feita por lei estadual

- a) complementar, que poderá estabelecer que a execução de serviços públicos municipais, de interesse comum da região, seja realizada pelo Estado quando isso for necessário para a garantia da continuidade da prestação dos serviços.
- b) complementar, que deverá assegurar a autonomia aos municípios que integram a região, não podendo estabelecer a política tarifária dos serviços públicos municipais de interesse comum da região.
- c) complementar, que poderá outorgar ao Estado a execução de serviços públicos municipais, de interesse comum da região, desde que assim previsto na Constituição respectiva.
- d) ordinária, bem como por convênio firmado entre os municípios interessados e o Estado, podendo este último assumir a coordenação da prestação de serviços públicos municipais de interesse comum da região.
- e) ordinária, que deverá assegurar a autonomia aos municípios que integram a região, não podendo a lei estabelecer que a execução da prestação dos serviços públicos municipais de interesse comum da região seja realizada pelo Estado.

Intervenção Federal e Estadual

112) FCC - AJ (Judiciária) - TRT9 (2015)

O decreto de intervenção em Município é de competência do

- a) Presidente da República e do Governador do Estado em cujo território esteja localizado, dependendo da hipótese.
- b) Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Estado em cujo território esteja localizado, dependendo da hipótese.
- c) Tribunal de Justiça do Estado.
- d) Presidente da Assembleia Legislativa, após aprovação da proposta por dois terços dos votos dos parlamentares.
- e) Governador do Estado.

Administração Pública

113) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

No tocante à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, é INCORRETO afirmar que

- a) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- b) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- c) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- d) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- e) depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias de empresa de economia mista assim como a participação de quaisquer delas em empresa privada.

114) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2008)

Quanto à administração pública, o atributo do ato administrativo que garante seu integral cumprimento, a terceiros, independentemente de sua concordância, inclusive, se necessário for, com exigibilidade coercitiva, é o denominado de

- a) tipicidade.
- b) presunção de veracidade.
- c) auto-executoriedade.
- d) imperatividade.
- e) presunção de legitimidade.

115) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2008)

No que concerne aos servidores públicos, considere:

I. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos.

II. A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos

para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

III. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão mensalmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

IV. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, não podendo ser aproveitado em outro cargo.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) II e IV.

116) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2004)

A Administração Pública deve observar que, segundo o comando constitucional,

- a) a investidura em todos os cargos ou empregos públicos depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- b) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) é garantido ao servidor público o direito à associação sindical, nos termos e limites definidos em lei específica.
- d) os vencimento dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- e) somente por lei específica podem ser criadas a autarquia, a empresa pública, a sociedade de economia mista e a fundação pública, assim como suas subsidiárias.

117) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2004)

Considere:

- I. São estáveis após três anos de exercício todos os servidores nomeados para cargo ou função pública.
- II. O servidor público estável pode perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- III. O servidor público estável pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- IV. Não tem efeito suspensivo a sentença judicial que decreta a perda do cargo de servidor estável, sendo aplicável imediatamente, desde que assegurada ampla defesa.

Quanta à estabilidade do servidor público, APENAS são corretos

- a) I e II.

- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

118) FCC - AJ - TRT3 (2005)

A investidura em empregos públicos, sujeitos à legislação trabalhista, na administração indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

- a) depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade do cargo ou função, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão.
- b) independe de aprovação prévia em concurso público de qualquer natureza, por se tratar de emprego sob contrato trabalhista.
- c) depende de aprovação prévia em concurso somente de títulos, na forma estabelecida em decreto.
- d) depende de aprovação prévia em processo seletivo interno.
- e) depende sempre de aprovação prévia em concurso público de provas ou provas e títulos, conforme a natureza do cargo ou função, na forma estabelecida em lei federal.

119) FCC - AJ (Administrativa) - TRT3 (2009)

Em matéria de Administração Pública, em conformidade com a Constituição,

- a) a proibição de acumular cargos estende-se a empregos e funções, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, mas não abrange suas subsidiárias e sociedades controladas pelo Poder Público.
- b) somente por lei específica poderá ser criada, diretamente, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, e autorizada a instituição de autarquia, cabendo à lei complementar, nesse último caso, definir as áreas de sua atuação.
- c) é permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, em casos especiais, como a de três cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde com profissões regulamentadas, desde que observada, tão-somente, a compatibilidade de horários.
- d) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta não poderá, em qualquer hipótese, ser ampliada por modalidades de ato ou contrato administrativo.
- e) ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se, dentre outras disposições, a que determina que, para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se em exercício estivesse.

120) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Considere as seguintes afirmações em relação ao regime jurídico dos servidores públicos, à luz da Constituição da República e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria:

I. Dentro do prazo de validade de concurso público, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, estando obrigada a nomear os aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, ressalvadas situações excepcionalíssimas que justifiquem soluções diferenciadas, devidamente motivadas de acordo com o interesse público.

II. Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público, nem ser substituído por decisão judicial.

III. Até que sobrevenha lei específica para regulamentar o exercício do direito de greve pelos servidores públicos civis, aplica-se-lhes, no que couber, a lei que disciplina o exercício do direito de greve dos trabalhadores em geral.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) I, apenas.

121) FCC - AJ (Administrativa) - TRT1 (2013)

Suponha que em 2012 foi editada lei federal aumentando o valor da remuneração de servidores públicos vinculados ao Poder Executivo e criando gratificação de função para a mesma categoria. A lei ainda determinou que a gratificação não seria considerada para fins do limite máximo de remuneração estabelecido na Constituição Federal. Prescreveu também que a remuneração dos servidores seria corrigida monetariamente pelo mesmo índice e na mesma data em que fosse corrigida a remuneração dos servidores públicos vinculados ao Poder Judiciário.

Considerando esse quadro, analise as afirmações abaixo.

I. A lei somente produzirá validamente seus efeitos, quanto ao aumento do valor da remuneração dos servidores, após ser aprovada pelo Tribunal de Contas da União.

II. A lei não poderia ter instituído gratificação de função, uma vez que a Constituição determina que todos os servidores públicos serão remunerados, exclusivamente, por subsídios em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, ressalvadas as vantagens pessoais já adquiridas.

III. A lei é inconstitucional ao determinar que a gratificação não será considerada para fins do limite máximo de remuneração, uma vez que a Constituição não exclui da incidência do teto salarial os valores percebidos a título de vantagens pessoais.

IV. A lei é inconstitucional ao vincular a correção monetária da remuneração dos servidores do Poder Executivo à correção monetária da remuneração dos servidores vinculados ao Poder Judiciário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

122) FCC - AJ - TRT4 (2009)

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Esses dois preceitos, importantes para a transparência dos atos públicos, estão contidos

- a) no Código de Direito Comercial.
- b) na Constituição da República Federativa do Brasil.
- c) no Código de Direito Civil.
- d) na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- e) no Código de Defesa do Consumidor.

123) FCC - AJ (Judiciária) - TRT5 (2003)

A Constituição Federal veda a percepção simultânea de remuneração de cargo público com proventos de aposentadoria à conta do regime previdenciário previsto para os servidores públicos, ressalvando alguns casos em que possibilita essa acumulação. Assim é que os proventos de aposentadoria no cargo de analista judiciário junto ao TRT da 5ª Região

- a) poderão ser acumulados com a remuneração de cargo vinculado ao Poder Judiciário Federal.
- b) poderão ser acumulados com a remuneração de um cargo privativo de profissionais da saúde.
- c) não poderão ser acumulados com a remuneração de qualquer outro cargo público.
- d) poderão ser acumulados com a remuneração de um cargo de professor.
- e) poderão ser acumulados com a remuneração de um cargo de médico.

124) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2014)

Atenção: Para responder à questão, considere o que se propõe em cada uma delas e assinale:

Sobre a Administração e os direitos sociais:

I. Nos afastamentos do servidor público para o exercício de mandato eletivo é constitucionalmente assegurada a contagem de seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, inclusive nos casos de promoção por antiguidade e por merecimento.

II. O direito à jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento é constitucionalmente assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais, assim como aos servidores públicos e trabalhadores domésticos.

III. Entre as providências admitidas pelo texto constitucional para que União, Estados e Municípios atendam aos limites definidos para despesa com pessoal ativo e inativo encontra-se a exoneração dos servidores não estáveis, considerados assim aqueles admitidos na Administração direta, autárquica e fundacional, sem concurso público de provas ou de provas e títulos após o dia 5 de outubro de 1983.

- a) está correto o que se afirma em I, apenas.
- b) está correto o que se afirma em II, apenas.

- c) está correto o que se afirma em III, apenas.
- d) está correto o que se afirma em I e II, apenas.
- e) está correto o que se afirma em I, II e III.

125) FCC - AJ (Administrativa) - TRT9 (2013)

João é servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. João pretende aposentar-se do serviço público. Neste caso, aplicar-se-á o regime

- a) geral de previdência social.
- b) especial de previdência social, ou seja, próprio dos servidores titulares de cargos efetivos.
- c) híbrido de previdência social, isto é, composto por regras do regime geral e do regime especial (próprio dos servidores titulares de cargo efetivo).
- d) exatamente igual ao aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos das autarquias federais.
- e) híbrido de previdência social, isto é, composto por regras do regime geral e do regime aplicável aos empregados públicos.

126) FCC - AJ (Administrativa) - TRT9 (2013)

Nos termos da Constituição Federal, em qualquer caso que exija o afastamento do servidor público para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço

- a) será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- b) será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por antiguidade.
- c) será contado para todos os efeitos legais, sem qualquer exceção.
- d) não será computado para qualquer efeito legal.
- e) será contado tão somente para a promoção por merecimento.

127) FCC - AJ - TRT9 (2015)

No que se refere às regras constitucionais aplicáveis à Administração pública, é VEDADO

- a) promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos sempre na mesma data.
- b) contratar servidor ou pessoal por tempo determinado.
- c) exigir qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, para contratar com o Poder Público.
- d) acumular dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, caso haja compatibilidade de horário.
- e) vincular ou equiparar espécie remuneratória para efeito de remuneração pessoal do serviço público.

128) FCC - AJ - TRT1 (2011)

No tocante à Administração Pública, o direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum, a imparcialidade, a neutralidade, a participação e aproximação dos serviços públicos da população, a eficácia, a desburocratização e a busca da qualidade são características do princípio da

- a) publicidade.
- b) legalidade.
- c) impessoalidade.
- d) moralidade.
- e) eficiência.

129) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2004)

A proibição de acumular cargos públicos remunerados estende-se a empregos e funções, abrangendo tão somente as

- a) autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público.
- b) autarquias fundacionais, empresas públicas, sociedades de economia mista, concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviço público.
- c) sociedades de economia mista, suas subsidiárias, sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público e delegatárias de serviço público.
- d) empresas públicas, suas subsidiárias, sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo Poder Público e as permissionárias de serviço público.
- e) concessionárias, permissionárias e autorizatárias de serviço público, autarquias, fundações públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

130) FCC - AJ (Administrativa) - TRT8 (2010)

O princípio, que determina que o administrador público seja um mero executor do ato, é o da

- a) legalidade.
- b) moralidade.
- c) publicidade.
- d) eficiência.
- e) impessoalidade.

131) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2011)

O conteúdo do princípio constitucional da legalidade,

- a) não exclui a possibilidade de atividade discricionária pela Administração Pública, desde que observados os limites da lei, quando esta deixa alguma margem para a Administração agir conforme os critérios de conveniência e oportunidade.
- b) impede o exercício do poder discricionário pela Administração, haja vista que esse princípio está voltado para a prática dos atos administrativos vinculados, punitivos e regulamentares.
- c) autoriza o exercício do poder discricionário pelo administrador público, com ampla liberdade de escolha quanto ao destinatário do ato, independentemente de previsão normativa.
- d) impede a realização de atos administrativos decorrentes do exercício do poder discricionário, por ser este o poder que a lei admite ultrapassar os seus parâmetros para atender satisfatoriamente o interesse público.
- e) traça os limites da atuação da Administração Pública quando pratica atos discricionários externos, mas deixa ao administrador público ampla liberdade de atuação para os atos vinculados internos.

132) FCC - AJ (Judiciária) - TRT5 (2003)

Francisco de Assis, estando no exercício do cargo público de analista judiciário junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 5a Região, pretende candidatar-se a Vereador do Município de Salvador. Francisco deverá ser informado de que

- a) investido no mandato de Vereador, ficará afastado do cargo de analista judiciário, ainda que haja

compatibilidade de horários, podendo optar por uma remuneração.

- b) poderá exercer o mandato de Vereador e o cargo de analista judiciário, acumulando a remuneração de ambos, desde que haja compatibilidade de horários.
- c) somente poderá candidatar-se a Vereador se pedir demissão do cargo de analista judiciário.
- d) poderá exercer o mandato de Vereador e o cargo de analista judiciário, desde que haja compatibilidade de horários, devendo optar por uma remuneração.
- e) investido no mandato de Vereador, ficará afastado do cargo de analista judiciário, devendo perceber os subsídios do cargo eletivo.

133) FCC - AJ (Judiciária) - TRT19 (2014)

Atenção: Para responder à questão, considere as disposições da Constituição Federal.

Lei federal determinou a vinculação da remuneração dos empregados públicos da Administração federal à variação da remuneração do Chefe do Poder Executivo. A vinculação determinada pela Lei é

- a) inconstitucional, uma vez que permitida apenas a vinculação à variação da remuneração do Presidente do Congresso Nacional.
- b) inconstitucional, uma vez que permitida apenas a vinculação à variação da remuneração do Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- c) inconstitucional, uma vez que vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração do pessoal do serviço público.
- d) constitucional, uma vez que a vinculação da remuneração dos empregados públicos à variação da remuneração do Chefe do Poder Executivo observou o princípio da estrita legalidade.
- e) constitucional, uma vez que é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração dos servidores titulares de cargos públicos, não se aplicando a restrição aos ocupantes de empregos públicos.

134) FCC - AJ (Administrativa) - TRT19 (2014)

Tarcísio Teatino, Procurador do Trabalho há mais de nove anos, é Professor Titular de Direito Processual do Trabalho em uma Universidade Federal. No exercício de sua função como Procurador, ajuizou ação civil pública com o objetivo de responsabilizar empresários que mantinham seus empregados em precárias condições de trabalho, o que gerou reação, por parte dos réus, os quais, por retaliação, estão tentando, pela via administrativa, afastá-lo de suas funções, com o argumento de que ele está acumulando indevidamente função pública, ou, então, pelo menos, obter sua remoção para outra cidade. Com base no regime constitucional que rege a matéria, Tarcísio

- a) pode acumular a função pública de Procurador do Trabalho com a de magistério, e, além disso, não poderá ser lotado em outra cidade, por gozar da garantia da inamovibilidade.
- b) só poderá perder o cargo por sentença transitada em julgado, mas, como é indevida a acumulação de funções, poderá ser lotado em outra cidade, por decisão administrativa.
- c) poderá, por decisão administrativa, perder o cargo, em razão do acúmulo indevido de funções públicas, por não ser detentor de vitaliciedade.
- d) poderá perder o cargo, por ser inamovível, em decorrência do acúmulo indevido de funções públicas, mediante autorização do órgão colegiado competente, com o voto da maioria absoluta de seus membros.
- e) poderá optar entre o cargo de Procurador do Trabalho e o de Professor de Universidade Federal, a fim de não ser demitido ou de ser lotado em outra cidade.

135) FCC - AJ (Judiciária) - TRT19 (2014)

Suponha que foi editada lei federal regulando os contratos de trabalho firmados pela Administração pública federal, a qual determinou que os empregados públicos da União

I. poderão cumular dois cargos públicos, desde que, dentre outros requisitos, cada um dos cargos tenha carga horária semanal inferior a 20 horas.

II. serão regidos, em suas relações empregatícias, pelo estatuto do servidor público federal, e não pela legislação trabalhista.

III. poderão exercer o direito de greve, nos termos e limites definidos em lei específica.

É compatível com a Constituição Federal apenas a prescrição contida em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) III.
- e) II.

136) FCC - AJ - TRT1 (2014)

Considere as assertivas abaixo:

I. É vedada a acumulação remunerada de um cargo público de professor com outro cargo público técnico ou científico, exceto se ambos exigirem a mesma formação profissional para o exercício das funções.

II. A proibição de acumulação remunerada de cargos e empregos públicos abrange as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente, pelo poder público.

III. O servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Vereador, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

IV. Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I, II e IV.
- c) III.
- d) II.
- e) III e IV.

137) FCC - AJ (Administrativa) - TRT3 (2015)

Os princípios constitucionais expressos da Administração pública relacionados no art. 37 da Constituição Federal dizem respeito a:

- a) legalidade, irreversibilidade, moralidade, publicidade e exequibilidade.
- b) legitimidade, imperatividade, modicidade, pluralidade e efetividade.
- c) autoaplicabilidade, imperatividade, moralidade, pluralidade e eficácia.
- d) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- e) legitimidade, legalidade, modicidade, pluralidade e exequibilidade.

138) FCC - AJ (Administrativa) - TRT23 (2016)

Sobre servidores públicos no sistema constitucional brasileiro, é INCORRETO afirmar:

- a) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas, ou de provas e títulos, será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- b) São garantidos ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o direito de greve.
- c) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- d) Os servidores fiscais da administração fazendária terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos.
- e) A estabilidade do servidor público nomeado por concurso público é imediata à posse e efetivo exercício.

139) FCC - AJ (Judiciária) TRT1 (2013)

Em sua redação original, previa o artigo 39, caput, da Constituição da República:

“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.”

A Emenda Constitucional no 19, de 4 de junho de 1998, alterou a redação do referido dispositivo, que assim passou a dispor:

“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.”

Em virtude de medida cautelar concedida em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, conforme decisão publicada em março de 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a eficácia do artigo 39, caput, da Constituição, com a redação da Emenda Constitucional no 19, produzindo a decisão, no caso em tela, os efeitos regulares previstos em lei.

Diante disso, é correto afirmar que referida decisão do STF é dotada de eficácia

- a) contra todos, foi concedida com efeito ex nunc e tornou insubsistentes os atos praticados com base na legislação aprovada sob a vigência da emenda declarada suspensa.
- b) inter partes, foi concedida com efeito ex nunc e tornou aplicável a legislação existente anteriormente à emenda constitucional declarada suspensa.
- c) contra todos, foi concedida com efeito ex tunc e tornou insubsistentes os atos praticados com base na legislação aprovada sob a vigência da emenda declarada suspensa.
- d) inter partes, foi concedida com efeito ex tunc e tornou aplicável a legislação existente anteriormente à

emenda constitucional declarada suspensa.

e) contra todos, foi concedida com efeito ex nunc e tornou aplicável a legislação existente anteriormente à emenda constitucional declarada suspensa.

140) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2014)

Os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais foram inscritos no título da Constituição Federal dedicado a enunciar os direitos e garantias fundamentais. Tal posicionamento sugere, sob certa perspectiva, a qualificação desses direitos como direitos fundamentais da pessoa humana. Nesse sentido, o constituinte acabou por estendê-los, em grande medida, a outras categorias de trabalhadores, a exemplo dos servidores públicos e dos trabalhadores domésticos. No caso dos servidores públicos, o texto constitucional determina a extensão, dentre outros, dos seguintes direitos:

a) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; e licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

b) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; proteção em face da automação; e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.

c) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos; remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.

d) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento; proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos; e proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

e) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento; proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos; e assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.

141) FCC - AJ (Administrativa) - TRT3 (2015)

O dispositivo da chamada “PEC da Bengala” (Emenda Constitucional nº 88/2015), que prevê que os servidores públicos em geral, com exceção dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e Tribunal de Contas da União, serão aposentados “compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar”, é classificado pela doutrina como norma constitucional de

a) eficácia contida.

b) eficácia plena.

c) eficácia limitada.

d) conteúdo programático.

e) integração restringível.

142) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2015)

Engenheiro ocupante de emprego público junto a empresa pública municipal é eleito Prefeito de outro município, passando a exercer o mandato juntamente com o emprego público municipal, cumulando as respectivas remunerações. Como Prefeito, nomeou sua esposa como Secretária Municipal de Educação. À luz da Constituição Federal, o Prefeito deve ser afastado do emprego público

a) independentemente de haver compatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o mandato, podendo optar pela remuneração do mandato ou do emprego público, mas o parentesco por afinidade

não é, por si só, impedimento para que nomeie sua esposa Secretária do Município.

b) independentemente de haver compatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o mandato, podendo optar pela remuneração do mandato ou do emprego público, sendo que o parentesco por afinidade é, por si só, impedimento para que nomeie sua esposa Secretária do Município.

c) independentemente de haver compatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o mandato, devendo restituir aos cofres públicos os valores recebidos indevidamente até o seu afastamento, sendo que também não poderia ter nomeado sua esposa Secretária do Município em razão do parentesco por afinidade existente entre eles.

d) apenas se houver incompatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o emprego público, podendo, nesse caso, optar pela remuneração do mandato ou do emprego público, mas o parentesco por afinidade não é, por si só, impedimento para que nomeie sua esposa Secretária do Município.

e) apenas se houver incompatibilidade de horário para exercê-lo juntamente com o emprego público, podendo, nesse caso, optar pela remuneração do mandato ou do emprego público, sendo que o parentesco por afinidade é, por si só, impedimento para que nomeie sua esposa Secretária do Município.

143) FCC - AJ - TRT9 (2015)

Considere os seguintes itens:

I. Seguro-desemprego.

II. Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

III. Remuneração do trabalho noturno superior a do diurno.

IV. Repouso semanal remunerado, preferencialmente os domingos.

Nos termos da Constituição Federal, aos servidores públicos ocupantes de cargo público é assegurado o constante em

- a) I, II, III e IV.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) II, apenas.

Organização dos Poderes

144) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2004)

No Poder Judiciário, as atividades de escolha do dirigente do Tribunal e a de organizar suas secretarias e serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos, são consideradas, respectivamente,

- a) jurisdicional e normativa.
- b) administrativa e interventiva.
- c) política e administrativa.
- d) repristinatória e administrativa.
- e) interventiva e jurisdicional.

145) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

A função do Vice-Presidente da República de substituir o Presidente da República impedido do exercício do cargo é classificada como

- a) típica de ordem constitucional.
- b) atípica de ordem legal.
- c) objetiva de ordem legal.
- d) objetiva de ordem mandamental.
- e) analítica de ordem mandamental.

146) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

A magistratura se desempenha no interesse geral e suas garantias institucionais têm fundamento no princípio da

- a) inadmissibilidade das provas ilícitas e da publicidade.
- b) verdade real dos fatos e da menor onerosidade.
- c) ampla defesa e do contraditório.
- d) presunção de inocência e da moralidade administrativa.
- e) soberania do povo e na forma republicana de governo.

147) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

Trata-se de competência originária do Supremo Tribunal Federal processar e julgar

- a) nos crimes de responsabilidade, os membros do Ministério Público da União que oficiem perante Tribunais.
- b) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados.
- c) o habeas data contra atos do Procurador-Geral da República.
- d) o mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.
- e) o mandado de segurança contra ato do Comandante do Exército.

148) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

O Conselho Nacional de Justiça é

- a) composto de quinze membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- b) presidido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça e, na sua ausência e impedimento, pelo Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- c) obrigado a representar ao Advogado Geral da União no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.
- d) obrigado a rever de ofício os processos disciplinares dos membros do Ministério Público.
- e) obrigado a elaborar a cada dois anos relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário.

149) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2005)

O princípio da independência e harmonia entre os Poderes figura entre os princípios constitucionais fundamentais, tendo merecido um tratamento segundo o qual

- a) nenhum dos Poderes poderá exercer funções típicas dos demais.

- b) a separação dos Poderes goza da garantia reforçada de integrar o núcleo imutável da Constituição.
- c) quem for membro de um dos Poderes deverá sempre renunciar ao respectivo cargo para ocupar cargo em outro Poder.
- d) não será obrigatório que nenhum Poder preste contas de seus atos a outro dos Poderes.
- e) a nomeação de membros de um dos Poderes não poderá depender da aprovação de outro Poder.

150) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2009)

- NÃO é considerada exceção ao princípio da separação de poderes no Estado brasileiro, entre outras, a
- a) fiscalização contábil, financeira e orçamentária consistente no controle externo de natureza técnica ou numérico-legal exercido pelos Tribunais de Contas.
 - b) permissão para que Deputados Federais e Senadores exerçam funções de Ministros de Estado.
 - c) convocação de Ministros de Estado, perante o plenário das Casas do Congresso Nacional e de suas comissões.
 - d) adoção pelo Presidente da República de medidas provisórias, com força de lei, em casos de relevância e urgência.
 - e) autorização, na forma de resolução, de delegação de atribuições legislativas ao Presidente da República.

151) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2014)

Atenção: Para responder à questão, considere o que se propõe em cada uma delas e assinale:

Sobre:

I. Aos juízes de paz não se estende a vedação constitucional que impede os demais juízes de se dedicarem à atividade político-partidária.

II. Os juízes de paz serão escolhidos mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

III. É compatível com a Constituição Federal lei estadual que estabelece verba remuneratória aos juízes de paz decorrente da aplicação de percentual sobre os valores recolhidos a título de custas em razão dos atos de habilitação e celebração de casamentos.

- a) está correto o que se afirma em I, apenas.
- b) está correto o que se afirma em II, apenas.
- c) está correto o que se afirma em III, apenas.
- d) está correto o que se afirma em I e II, apenas.
- e) está correto o que se afirma em I, II e III.

152) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2008)

A prerrogativa constitucional que protege o Deputado Federal em todas as suas manifestações que guardem relação com o exercício do mandato, exteriorizadas no âmbito do Congresso Nacional, é classificada como imunidade

- a) relativa.
- b) formal.
- c) residual.

- d) material.
- e) obstativa.

153) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2006)

Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, salvo

- a) telecomunicações e radiodifusão.
- b) fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas.
- c) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) moeda, seus limites de emissão e montante da dívida mobiliária federal.
- e) sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.

154) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2006)

Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre

- a) limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) concessão de anistia.
- c) moeda, seus limites de emissão e montante da dívida mobiliária federal.
- d) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.
- e) sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.

155) FCC - AJ (Administrativa) - TRT5 (2003)

O Senado Federal compõe-se de representantes

- a) dos Estados, Territórios e Distrito Federal, elegendo-se cada Senador com 2 suplentes.
- b) do povo, eleitos pelo sistema proporcional em cada Estado e no Distrito Federal.
- c) do povo, renovando-se sua composição a cada 4 anos, alternadamente por 1/3 e 2/3.
- d) do povo dos Estados, Territórios e Distrito Federal, eleitos para um mandato de 4 anos.
- e) dos Estados e Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

156) FCC - AJ (Judiciária) - TRT9 (2015)

Considere o seguinte conceito doutrinário: “consulta realizada aos cidadãos sobre matéria a ser posteriormente discutida no âmbito do Congresso Nacional”.

Dita definição refere-se

- a) ao plebiscito, que deve ser previamente autorizado pelo Legislativo.
- b) ao plebiscito, convocado pelo Legislativo após autorização do Presidente da República.
- c) à iniciativa popular, provocada pelo Legislativo para o fornecimento de subsídios durante as discussões da matéria nas Casas do Congresso Nacional.
- d) ao referendo, que deve sempre ser convocado pelo Legislativo.
- e) ao referendo, que deve ser convocado pelo Presidente da República após autorização do Legislativo.

157) FCC - AJ (Judiciária) - TRT12 (2010)

Na hipótese de condenação por crime de responsabilidade, a Constituição Federal prevê que o Presidente da República estará sujeito à perda do cargo e a inabilitação para o exercício de função pública que são sanções

- a) dependentes e subjetivas.
- b) típicas e não cumulativas.
- c) atípicas e não cumulativas.
- d) autônomas e cumulativas.
- e) atípicas e subjetivas.

Fiscalização contábil, financeira e orçamentária

158) FCC - AJ - TRT6 (2006)

Analise as assertivas, que dizem respeito à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária prevista na Constituição Federal:

I. O Tribunal de Contas da União é integrado por sete Ministros, nomeados dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.

II. É competência do Tribunal de Contas da União, dentre outras, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar do seu recebimento.

III. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

IV. Dentre os Ministros do Tribunal de Contas da União, um terço será escolhido pelo Senado Federal, um terço pela Câmara dos Deputados e um terço pelo Presidente da República.

V. O Tribunal de Contas da União encaminhará à Câmara dos Deputados, bimensal e semestralmente o relatório de suas atividades, que será apreciado por comissão mista composta por um Deputado de cada Estado da Federação.

É correto o que consta APENAS em

- a) II, III e V.
- b) I, II e IV.
- c) I e IV.
- d) IV e V.
- e) II e III.

159) FCC - AJ (Judiciária) - TRT8 (2010)

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das

subvenções e renúncia de receitas, será exercida

- a) pelo Supremo Tribunal Federal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno pela Comissão Nacional de Justiça.
- b) pela Comissão Nacional de Justiça, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Supremo Tribunal Federal.
- c) pelo Superior Tribunal de Justiça, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno da Comissão Nacional de Justiça.
- d) pela Advocacia Geral da União, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- e) pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

160) FCC - AJ (Administrativa) - TRT8 (2010)

O Tribunal de Contas da União é integrado no total por

- a) sete ministros, sendo todos escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional.
- b) sete ministros, sendo dois terços deles escolhidos pelo Congresso Nacional, com aprovação do Presidente da República.
- c) nove Ministros, sendo um terço deles escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.
- d) quinze ministros, sendo dois terços deles escolhidos pelo Senado Federal, com aprovação da Câmara dos Deputados.
- e) quinze ministros, sendo um terço deles escolhidos pela Câmara dos Deputados, com aprovação do Presidente da República.

161) FCC - AJ (Administrativa) - TRT3 (2009)

É INCORRETO afirmar que o Tribunal de Contas da União tem competência para

- a) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas, as sanções previstas em lei.
- b) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando-se a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- c) aplicar aos responsáveis, em caso de irregularidade de contas, as sanções previstas legalmente.
- d) apreciar, no exercício de suas atribuições, a constitucionalidade das leis e atos do Poder Público.
- e) sustar ou anular diretamente e de imediato a execução de contratos administrativos irregulares ou ilegais.

162) FCC - AJ (Administrativa) - TRT1 (2013)

Suponha que entidade da administração indireta da União tenha celebrado contrato de publicidade institucional em período vedado pela legislação eleitoral. Na sequência, a execução do contrato foi considerada ilegal pelo Tribunal de Contas da União, que assinalou prazo de 30 dias para que a entidade adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Findo o prazo fixado sem que tivessem sido tomadas quaisquer providências, o Tribunal decidiu sustar a execução do contrato, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, e aplicar aos responsáveis pela ilegalidade as sanções previstas em lei. À luz das normas constitucionais a respeito da matéria, o Tribunal de Contas da União agiu

- a) corretamente ao sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, uma vez que a providência decorre de suas atribuições constitucionais.

- b) corretamente ao aplicar aos responsáveis pela ilegalidade as sanções previstas em lei, uma vez que a providência decorre de suas atribuições constitucionais.
- c) incorretamente, uma vez que entidades da administração indireta da União não estão sujeitas ao controle externo do Congresso Nacional.
- d) incorretamente ao assinalar prazo para que a entidade adotasse as providências necessárias ao cumprimento da lei, uma vez que a providência competia exclusivamente ao Congresso Nacional.
- e) incorretamente ao assinalar prazo para que a entidade adotasse as providências necessárias ao cumprimento da lei, uma vez que a providência competia exclusivamente ao Poder Judiciário.

163) FCC - AJ (Administrativa) - TRT4 (2006)

Em relação ao Tribunal de Contas, é correto afirmar que

- a) é órgão auxiliar de controle interno da Câmara dos Deputados.
- b) o auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos de juiz de Tribunal Regional Federal.
- c) é integrado por sete ministros, com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- d) compete-lhe, dentre outras, a fiscalização das contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- e) encaminhará ao Senado Federal, semestral e anualmente, relatório de execução do seu orçamento.

164) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2006)

Em relação ao Tribunal de Contas da União, julgue as assertivas abaixo:

- I. É integrado por onze Ministros, com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade.
- II. Dois terços de seus Ministros serão escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, e um terço pelo Senado Federal.
- III. Compete-lhe, dentre outras, a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- IV. Os Ministros que o integram terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- V. As suas decisões de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

É correto APENAS o que consta em

- a) I, II e V.
- b) III, IV e V.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I e III.

165) FCC - AJ (Administrativa) - TRT5 (2003)

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da União será exercida, mediante controle

externo, pelo

- a) Ministério da Justiça, com o auxílio do Procurador Geral da República.
- b) Ministério Público Federal, sob a supervisão do Presidente da República.
- c) Senado Federal, por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito.
- d) Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- e) Supremo Tribunal Federal, relativamente às contas do Presidente da República.

166) FCC - AJ (Administrativa) TRT19 (2014)

O sistema de controle interno engendrado pela Constituição Federal, mantido de forma integrada pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, tem, dentre as suas finalidades, a de

- a) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta.
- b) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- d) representar a União, em sistema rotativo, na execução da dívida ativa de natureza tributária.
- e) receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.

167) FCC - AJ (Judiciária) - TRT11 (2012)

A empresa EIOATVO firmou contrato administrativo com a União Federal para o fornecimento de tijolos para específica obra pública, que será executada em determinada Penitenciária Federal. Havendo provas de fraude na licitação, o Congresso Nacional sustou o contrato e solicitou, de imediato, que o Poder Executivo tomasse as medidas cabíveis, que, apesar de decorridos mais de noventa dias, não tomou medida alguma, cabendo, então, a decisão ao

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Senado Federal.
- c) Tribunal de Contas da União.
- d) Diretor da Penitenciária.
- e) Presidente da República.

168) FCC - AJ (Administrativa) - TRT16 (2014)

Nos termos estabelecidos pela Constituição federal NÃO é atribuição constitucional do Tribunal de Contas da União

- a) julgar as contas as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.
- b) julgar as contas do Presidente da República.
- c) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado, comunicando à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- d) apreciar, em regra, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta.
- e) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado consultivo.

169) FCC - AJ (Judiciária) - TRT23 (2016)

O Tribunal de Contas da União – TCU afastou, incidentalmente, a aplicação de lei federal que entendeu inconstitucional e assinalou prazo para que órgão da Administração pública direta, ligado ao Poder Executivo, adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da Constituição no que toca ao limite máximo de remuneração a ser paga a servidores públicos. As providências, no entanto, não foram adotadas no prazo fixado pelo TCU, fato esse que ensejou a sustação, pelo próprio Tribunal, do ato administrativo ilegal e a comunicação dessa decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a disciplina constitucional da matéria, o Tribunal de Contas da União

a) não poderia ter afastado, ainda que incidentalmente, a aplicação de lei federal por motivo de inconstitucionalidade, uma vez que não lhe compete o exercício do controle de constitucionalidade das leis e atos normativos do poder público, nem poderia ter fixado prazo para que o órgão da Administração pública direta adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da Constituição, vez que lhe caberia, nessa matéria, apenas comunicar a ilegalidade ao órgão interessado e ao Congresso Nacional, não lhe cabendo suspender o ato administrativo ilegal.

b) não poderia ter afastado, ainda que incidentalmente, a aplicação de lei federal por motivo de inconstitucionalidade, uma vez que não lhe compete o exercício do controle de constitucionalidade das leis e atos normativos do poder público, nem poderia ter fixado prazo para que o órgão da Administração pública direta adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da Constituição, assim como não poderia ter suspenso o ato administrativo ilegal, uma vez que essa atribuição compete exclusivamente ao Senado Federal, a quem também cabe solicitar, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis ao cumprimento da decisão daquela Casa Legislativa.

c) poderia ter afastado, incidentalmente, a aplicação de lei federal por motivo de inconstitucionalidade, bem como ter fixado prazo para que o órgão da Administração Pública direta adotasse as providências ao exato cumprimento da Constituição, mas não poderia ter sustado o ato ilegal, vez que, tratando-se de matéria de remuneração de servidores públicos federais vinculados ao Poder Executivo, caberia ao Tribunal apenas comunicar a ilegalidade ao órgão interessado e ao Senado Federal.

d) poderia ter afastado, incidentalmente, a aplicação de lei federal por motivo de inconstitucionalidade, bem como ter fixado prazo para que o órgão da Administração pública direta adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da Constituição, podendo, ainda, sustar o ato administrativo ilegal superado o prazo fixado pela Corte de Contas.

e) poderia ter afastado, incidentalmente, a aplicação de lei federal por motivo de inconstitucionalidade, bem como ter fixado prazo para que órgão da Administração pública direta adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da Constituição, mas não poderia ter sustado o ato administrativo ilegal, uma vez que essa atribuição compete exclusivamente ao Congresso Nacional, a quem também cabe solicitar, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis ao cumprimento da decisão daquela Casa Legislativa.

170) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2015)

Os Tribunais de Contas dos Estados são órgãos independentes e autônomos, incumbidos de auxiliar o Poder Legislativo no exercício de sua função fiscalizatória. Citados Tribunais são compostos por sete integrantes, que, atendidos os requisitos constitucionais, devem ser indicados

a) livremente, três deles pelo Governador do Estado e quatro pela Assembleia Legislativa.

b) na forma prevista pela Constituição do Estado respectivo, que deverá observar o mínimo de duas e o máximo de quatro indicações pelo Governador do Estado, e o mínimo de três e o máximo de cinco pela Assembleia Legislativa.

c) três deles pelo Governador do Estado, sendo que um dentre integrantes do Ministério Público de Contas e os outros dois livremente, e quatro pela Assembleia Legislativa, sendo um deles dentre os

Audidores e os demais de forma livre.

d) três deles pelo Governador do Estado, sendo que um dentre integrantes do Ministério Público de Contas, outro dentre os Auditores e o terceiro livremente, e quatro, de forma livre, pela Assembleia Legislativa.

e) quatro deles pela Assembleia Legislativa, sendo que um dentre integrantes do Ministério Público de Contas, outro dentre os Auditores e os demais livremente, e três pelo Governador do Estado, de forma livre.

Organização dos Poderes - Parte II

171) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2008)

Nos crimes de responsabilidade, após ser admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados, o Presidente da República será submetido a julgamento perante

- a) a Câmara dos Deputados.
- b) o Senado Federal.
- c) o Supremo Tribunal Federal.
- d) o Superior Tribunal de Justiça.
- e) o Tribunal Superior Eleitoral.

172) FCC - AJ (Administrativa) - TRT2 (2004)

Quanto ao Vice-Presidente da República, considere o seguinte:

I. Não poderá, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

II. Auxiliará o Presidente da República, sempre que por ele for convocado para missões especiais, além de exercer outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar.

III. Assumirá a candidatura a Presidente da República quando seu companheiro de chapa falecer durante a disputa em segundo turno de votação.

IV. Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á nova eleição e os eleitos cumprirão quatro anos de mandato.

São corretos APENAS os itens

- a) III e IV.
- b) II e IV.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) I e II.

173) FCC - AJ (Administrativa) TRT4 (2006)

Na estrutura do Poder Executivo brasileiro:

- a) vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição trinta dias depois de abertas as vagas.
- b) se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- c) será considerado eleito Presidente o candidato que obtiver a maioria simples dos votos, computados os em branco e os nulos.
- d) se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte de candidato, havendo remanescentes ou não, far-se-á nova eleição no prazo de noventa dias do fato.
- e) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão na ordem e sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, o Presidente do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados.

174) FCC - AJ- TRT4 (2006)

Além da prestação anual de contas, poderá haver, no âmbito governamental, a qualquer tempo,

- a) tomada de contas apenas dos Chefes de Poder estatal, quer do Executivo, Legislativo ou Judiciário.
- b) tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos, quer pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.
- c) tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos, quer pessoas físicas ou jurídicas, situadas, apenas e tão-somente, na esfera pública.
- d) tomada de contas que alcança, exclusivamente, tesoureiros e almoxarifes.
- e) tomada de contas dos concessionários de serviços públicos.

175) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2006)

O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão ausentar-se do País por período superior a

- a) vinte dias, sem licença do Supremo Tribunal Federal.
- b) trinta dias, sem licença do Senado Federal.
- c) dez dias, sem licença da Câmara dos Deputados.
- d) quinze dias, sem licença do Congresso Nacional.
- e) cinco dias, sem licença do Conselho da República.

176) FCC - AJ (Administrativa) - TRT5 (2003)

Na hipótese de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República,

- a) serão convocadas novas eleições, cabendo aos eleitos um mandato de 4 anos, caso a vacância ocorra nos primeiros 6 meses do período presidencial.
- b) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência os Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.
- c) a eleição para os cargos será feita 90 dias depois de aberta a última vaga, quando a vacância ocorrer nos 2 últimos anos do período presidencial.
- d) será realizada eleição para os cargos pelo Congresso Nacional, quando a vacância ocorrer nos 2 primeiros anos do período presidencial.
- e) assumirá a Presidência da República o Presidente do Congresso Nacional, devendo completar o período de seus antecessores.

177) FCC - AJ (Judiciária) TRT5 (2003)

O Presidente da República apresentou ao Senado Federal projeto de lei dispendo sobre servidores públicos da União, requerendo que fosse colocado em votação em regime de urgência. O projeto não tendo sido colocado em votação nos 45 dias seguintes, foram sobrestadas todas as demais deliberações em curso no Senado Federal, até que se ultimasse a votação, com exceção daquelas com prazo constitucional determinado.

Na situação narrada, verifica-se vício de inconstitucionalidade formal na tramitação do projeto, porque

- a) somente após 30 dias da apresentação do projeto o Presidente da República poderia ter solicitado a urgência.
- b) não é cabível solicitação de urgência nos projetos de lei sobre servidores públicos.
- c) o Presidente da República não tem iniciativa legislativa para a matéria.
- d) o sobrestamento das deliberações somente poderia ocorrer após decorridos 60 dias da apresentação do projeto à Casa legislativa competente.
- e) a votação do projeto deveria iniciar-se na Câmara dos Deputados.

178) FCC - AJ (Judiciária) TRT6 (2012)

Compete privativamente ao Presidente da República

- a) nomear, após a aprovação do Congresso Nacional, Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- b) celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional.
- c) exercer, com o auxílio dos Deputados e Senadores, a direção superior da administração federal.
- d) nomear e exonerar Ministros de Estado com a anuência do Congresso Nacional.
- e) prestar, trimestralmente, ao Senado Federal, as contas referentes ao exercício de seu mandato.

179) FCC - AJ (Judiciária) - TRT9 (2013)

Dentre as atribuições privativas do Presidente da República, poderá ser delegada aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações, a atribuição de

- a) prover os cargos públicos federais, na forma da lei.
- b) nomear o Advogado-Geral da União, nos casos previstos na Constituição Federal brasileira.
- c) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.
- d) nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição Federal brasileira.
- e) celebrar a paz com o referendo do Congresso Nacional, em caso de ter sido declarada guerra.

180) FCC - AJ (Administrativa) - TRT9 (2013)

A Constituição Federal, precisamente no artigo 84, prevê as competências privativas do Presidente da República. O mesmo dispositivo, no entanto, permite a delegação de algumas destas atribuições, desde que observados os limites traçados nas respectivas delegações. As autoridades públicas que poderão atuar por delegação do Presidente da República são

- a) o Presidente do Congresso Nacional, o Advogado-Geral da União e o Ministro-Chefe da Casa Civil.
- b) o Presidente do Congresso Nacional e o Advogado-Geral da União.
- c) o Defensor-Geral da União e o Procurador-Geral da República.
- d) os Ministros de Estado e o Presidente do Congresso Nacional.
- e) os Ministros de Estado, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União.

181) FCC - AJ (Judiciária) - TRT16 (2014)

É competência privativa do Presidente da República, de acordo com a Constituição Federal, prestar,

- a) anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- b) trimestralmente, ao Congresso Nacional, as contas referentes ao seu mandato.
- c) anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de até trinta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- d) semestralmente, ao Congresso Nacional, as contas referentes ao seu mandato.
- e) anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

182) FCC - AJ (Judiciária) - TRT6 (2012)

Nas infrações penais comuns, o Presidente da República será submetido a julgamento perante o

- a) Supremo Tribunal Federal, não sendo necessária prévia autorização da Câmara dos Deputados.
- b) Supremo Tribunal Federal, desde que a Câmara dos Deputados admita a acusação contra ele, por dois terços de seus membros.
- c) Senado Federal, desde que a Câmara dos Deputados admita a acusação contra ele, por dois terços de seus membros.
- d) Senado Federal, não sendo necessária prévia autorização da Câmara dos Deputados.
- e) Senado Federal, desde que a Câmara dos Deputados admita a acusação contra ele, por três quintos de seus membros.

183) FCC - AJ (Judiciária) - TRT4 (2011)

A acusação contra o Presidente da República por crime de responsabilidade

- a) não o considera denunciado até a manifestação definitiva do Superior Tribunal de Justiça pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) considera-o como indiciado, garantindo-lhe a defesa, mas não a nulidade do procedimento.
- c) implica na suspensão obrigatória de suas funções em razão da denúncia até a decisão final.
- d) não o coloca na condição de acusado ou indiciado, tendo em vista o princípio da presunção de inocência.
- e) coloca-o na condição de acusado, assegurando-lhe o direito a ampla defesa e o contraditório, sob pena de nulidade do procedimento.

184) FCC - AJ (Administrativa) - TRT3 (2015)

A suspensão do exercício das funções de Presidente da República dar-se-á nas infrações penais comuns

- a) se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- b) apenas depois de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal; nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- c) apenas depois de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal; nos crimes de responsabilidade, apenas após o julgamento do processo pelo Senado Federal.
- d) e nos crimes de responsabilidade depois de recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) e nos crimes de responsabilidade depois de recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Senado Federal.

185) FCC - AJ (Judiciária) - TRT23 (2016)

Caso o Presidente da República venha a ser acusado de prática de infração penal comum, deverá ser julgado pelo

- a) Supremo Tribunal Federal, após ser admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados, ficando suspenso de suas funções, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) Supremo Tribunal Federal, após ser admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados, podendo ser preso provisoriamente, antes da decisão condenatória, se presentes os requisitos legais.
- c) Supremo Tribunal Federal, após ser admitida a acusação por maioria de votos da Câmara dos Deputados, ficando suspenso de suas funções, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) Senado Federal, funcionando como presidente para esse fim o presidente do Supremo Tribunal Federal, após ser admitida a acusação por dois terços da Câmara dos Deputados, ficando suspenso de suas funções, pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, após instaurado o processo pelo Senado Federal.
- e) Senado Federal, funcionando como presidente para esse fim o presidente do Supremo Tribunal Federal, após ser admitida a acusação por maioria de votos da Câmara dos Deputados, ficando suspenso de suas funções, pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, após instaurado o processo pelo Senado Federal.

186) FCC - AJ (Administrativa) - TRT23 (2016)

Sobre a prática de crime de responsabilidade do Presidente da República,

- a) apenas são crimes os atos que atentem contra a existência da União, a segurança interna do País, a probidade na administração e a lei orçamentária.
- b) admitida a acusação contra o Presidente da República, por maioria absoluta da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- c) o Presidente ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- d) se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, o processo será encerrado sem julgamento de mérito.
- e) o Presidente da República, na vigência de seu mandato, só poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, por omissão própria, se resultar prejuízo às finanças públicas.

187) FCC - AJ (Judiciária) - TRT2 (2008)

No que diz respeito ao Poder Judiciário, considere:

I. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ou dos membros do respectivo órgão especial, poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

II. Ao Poder Judiciário é assegurada parcial autonomia administrativa e financeira, sendo que os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

III. O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.

IV. Compete privativamente aos tribunais organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva.

É correto o que consta APENAS em

- a) I, III e IV.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) II e IV.
- e) I, II e IV.

188) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2009)

Analise:

I. A arguição de descumprimento de preceito fundamental, conforme o Supremo Tribunal Federal, tem natureza genérica, principal e autônoma, sendo concorrente com as demais ações de inconstitucionalidade, ou seja, é sempre admitida essa arguição, mesmo quando algumas das ações integrantes do controle abstrato de constitucionalidade puder efetivamente sanar a lesividade do ato.

II. O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria de seus membros, poderá deferir o pedido de liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

III. O Supremo Tribunal Federal, em casos excepcionais e mediante quorum qualificado de dois terços, pode adotar a técnica da modulação (ou manipulação) temporal da declaração de inconstitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

IV. Por sua natureza, é cabível a ação rescisória contra decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em arguição de descumprimento de preceito fundamental, quando o novo pedido apresente fundamentação diversa da anterior.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

189) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2009)

Em conformidade com o art. 113 da Constituição Federal:

A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho.

A presente hipótese trata de uma norma constitucional de eficácia

- a) limitada, definidora de princípio institutivo ou organizativo.
- b) limitada, definidora de princípios programáticos.
- c) plena, mas de natureza facultativa ou permissiva.

- d) contida, em razão de restrições impostas por outras normas constitucionais.
- e) plena, mas de natureza obrigatória, de programas ou diretrizes.

190) FCC - AJ (Administrativa) - TRT3 (2009)

Observados os requisitos de notório saber jurídico, de reputação ilibada e indicação em lista sêxtupla pelos órgãos de representação da respectiva classe, verifica-se que um quinto constitucional dos lugares do Tribunal Regional do Trabalho será composto de

- a) advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público com mais de cinco anos de efetivo exercício.
- b) advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício.
- c) membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício e juízes de direito com mais de dez anos de exercício nas varas da Justiça do Trabalho.
- d) membros do Ministério Público do Trabalho com mais de cinco anos de efetivo exercício e advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional na Justiça do Trabalho.
- e) advogados ou membros do Ministério Público com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e juízes do trabalho com mais de cinco anos de exercício nas varas da Justiça do Trabalho.

191) FCC - AJ (Administrativa) - TRT4 (2006)

Considere as afirmativas abaixo:

I. Dentre os membros que compõem o Conselho Nacional de Justiça, um juiz do trabalho será indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

II. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no máximo, sete juízes, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros natos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.

III. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

IV. Nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por colegiado de Câmaras.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II e III.
- b) I e IV.
- c) I e III.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

192) FCC - AJ (Judiciária) - TRT5 (2003)

Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar,

- a) em recurso ordinário, as decisões proferidas pelos Tribunais Estaduais em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
- b) originariamente, a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

- c) originariamente, as disputas sobre direitos indígenas.
- d) originariamente, as ações diretas de inconstitucionalidade contra leis municipais.
- e) originariamente, todos os pedidos de intervenção de Estado-membro em Município.

193) FCC - AJ (Judiciária) - TRT12 (2010)

No tocante ao Tribunal Superior do Trabalho,

- a) vinte e sete Ministros serão escolhidos dentre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior do Trabalho.
- b) compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados Federais.
- c) dois sextos dos Ministros serão escolhidos entre advogados com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de quinze anos de efetivo exercício.
- d) a lei disporá sobre a sua competência, sendo que funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.
- e) vinte e sete Ministros serão escolhidos dentre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

194) FCC - AJ (Judiciária) - TRT9 (2015)

Os Desembargadores do Tribunal de Justiça são processados e julgados originariamente pelo

- a) Pleno do Tribunal de Justiça a que pertençam ou por seu Órgão Especial se existente, nos crimes comuns, e pelo Superior Tribunal de Justiça nos de responsabilidade.
- b) Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade e pelo Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns.
- c) Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade e pelo Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns.
- d) Conselho Nacional de Justiça nos crimes de responsabilidade e pelo Pleno do Tribunal de Justiça a que pertençam ou por seu Órgão Especial, se existente.
- e) Superior Tribunal de Justiça nos crimes comuns e de responsabilidade.

195) FCC - AJ - TRT9 (2015)

Julgar os juizes estaduais, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, compete

- a) ao Supremo Tribunal Federal, privativamente.
- b) ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, concorrentemente.
- c) ao Superior Tribunal de Justiça, privativamente.
- d) ao Superior Tribunal de Justiça e aos Tribunais de Justiça, concorrentemente.
- e) aos Tribunais de Justiça, privativamente.

196) FCC - AJ (Administrativa) - TRT6 (2012)

Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos

dos quais o Brasil seja parte, poderá

- a) suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- b) requerer, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, que este avoque o julgamento da matéria para sua competência.
- c) solicitar, perante o Tribunal Superior do Trabalho, após a contestação do réu, que este avoque o julgamento da matéria para sua competência quando a violação decorrer de relação de trabalho.
- d) suscitar, perante a Justiça Federal, após a contestação do réu, incidente de deslocamento de competência para o Superior Tribunal de Justiça.
- e) requerer, perante o Tribunal Superior do Trabalho, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça do Trabalho quando a violação decorrer de relação de trabalho.

197) FCC - AJ (Administrativa) - TRT12 (2013)

Sobre o Poder Judiciário, de acordo com a Constituição Federal brasileira, é INCORRETO afirmar:

- a) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- b) Compete privativamente aos Tribunais de Justiça julgar os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- c) Aos juízes é garantida a vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- d) O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, cessão esta que somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.
- e) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastaram, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

198) FCC - AJ (Judiciária) - TRT3 (2015)

Ao tratar da autonomia do Poder Judiciário, a Constituição Federal estabelece que

- a) cabe a cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho encaminhar proposta orçamentária ao Poder Executivo, dentro dos limites estipulados pelo Poder Judiciário conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) caso os Tribunais competentes não encaminhem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo legal, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) cabe ao Supremo Tribunal Federal a iniciativa de proposta de emenda constitucional que vise a ampliar as competências do Conselho Nacional de Justiça.
- d) cabe privativamente ao Conselho Nacional de Justiça a iniciativa de projeto de lei complementar dispondo, entre outros assuntos, sobre o ingresso na carreira de magistrado e a promoção de entrância.
- e) a proposta de criação de Tribunais Regionais do Trabalho, de alteração do número de seus membros, bem como de criação, extinção de seus cargos e a respectiva remuneração deve ser apresentada ao Poder Legislativo Federal privativamente pelo Supremo Tribunal Federal.

199) FCC - AJ (Judiciária) - TRT9 (2015)

Ademar, regularmente aprovado em concurso público de provas e títulos para o cargo de Juiz do Trabalho, é nomeado e toma posse formal no cargo. No entanto, deixa de entrar no exercício das funções no prazo previsto em lei.

Ante tal circunstância, a autoridade competente deverá

- a) determinar a respectiva exoneração de Ademar, por abandono do cargo.
- b) instaurar investigação administrativa para a apuração dos fatos.
- c) tornar sem efeito os atos de nomeação e posse de Ademar, declarando a vacância do cargo.
- d) intimar Ademar para o imediato início do exercício funcional, sob pena de não ser vitaliciado.
- e) determinar a demissão de Ademar a bem do serviço público.

200) FCC - AJ (Judiciária) - TRT1 (2013)

Na hipótese de uma Turma do Tribunal Regional do Trabalho deparar-se com questão ainda não examinada pelo Supremo Tribunal Federal, atinente à constitucionalidade de lei, prejudicial à decisão de um caso concreto submetido a seu julgamento, o órgão julgador, em virtude do quanto dispõe a Constituição da República,

- a) estará impedido de pronunciar-se, até que sobrevenha decisão sobre a constitucionalidade da lei proferida pelo Supremo Tribunal Federal, ao qual compete a guarda da Constituição.
- b) estará impedido de pronunciar-se, até que sobrevenha decisão sobre a constitucionalidade da lei proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho, instância jurisdicional final em matéria trabalhista.
- c) poderá afastar a incidência da lei, desde logo, mas não declarar sua inconstitucionalidade expressamente, sem que haja decisão anterior proferida a esse respeito pela maioria absoluta dos membros do Tribunal Regional do Trabalho ou de seu Órgão Especial.
- d) não poderá declarar a inconstitucionalidade da lei, tampouco afastar sua incidência, sem que haja decisão anterior proferida a esse respeito pela maioria absoluta dos membros do Tribunal Regional do Trabalho ou de seu Órgão Especial.
- e) poderá declarar a inconstitucionalidade da lei, bem como afastar sua incidência, independentemente da existência de decisão anterior proferida a esse respeito por outras instâncias da Justiça do Trabalho ou pelo Supremo Tribunal Federal, por se tratar de decisão a ser tomada em sede de controle difuso de constitucionalidade.

Direito Constitucional

Cargo: TRT Analista

Banca: FCC

Gabarito

1) B	2) E	3) C	4) A	5) C	6) B	7) B	8) C
9) C	10) E	11) D	12) D	13) C	14) D	15) D	16) B
17) E	18) E	19) C	20) E	21) A	22) D	23) E	24) C
25) B	26) E	27) A	28) B	29) C	30) C	31) D	32) E
33) C	34) B	35) B	36) D	37) B	38) A	39) B	40) B
41) D	42) E	43) A	44) C	45) C	46) D	47) E	48) C
49) A	50) E	51) D	52) B	53) E	54) E	55) E	56) E
57) A	58) D	59) E	60) E	61) D	62) A	63) E	64) E
65) B	66) C	67) E	68) A	69) E	70) C	71) C	72) D
73) B	74) A	75) A	76) B	77) E	78) E	79) C	80) C
81) E	82) C	83) C	84) E	85) E	86) C	87) A	88) D
89) C	90) A	91) E	92) A	93) E	94) B	95) C	96) A
97) C	98) B	99) B	100) E	101) A	102) D	103) E	104) B
105) D	106) D	107) D	108) B	109) A	110) C	111) B	112) E
113) C	114) D	115) A	116) B	117) C	118) A	119) E	120) D
121) E	122) B	123) D	124) C	125) A	126) A	127) E	128) E
129) A	130) E	131) A	132) B	133) C	134) A	135) D	136) D
137) D	138) E	139) E	140) C	141) C	142) A	143) D	144) C
145) A	146) E	147) C	148) A	149) B	150) A	151) A	152) D
153) C	154) A	155) E	156) A	157) D	158) E	159) E	160) C
161) E	162) B	163) D	164) B	165) D	166) C	167) C	168) B

Direito Constitucional

Cargo: TRT Analista

Banca: FCC

169) D	170) D	171) B	172) E	173) B	174) B	175) D	176) B
177) E	178) B	179) A	180) E	181) E	182) B	183) E	184) A
185) A	186) C	187) A	188) C	189) A	190) B	191) C	192) B
193) D	194) E	195) E	196) A	197) C	198) B	199) B	200) D

Direito Constitucional

Cargo: TRT Analista

Banca: FCC

